

Mais

Sindicato do Sector Financeiro

Mais

Sindicato do Sector Financeiro

Mais

Sindicato do Sector Financeiro

Mais

Sindicato do Sector Financeiro



16

Plataforma de telemedicina
**eSAMS: já pode ter
a sua consulta à distância**

Somos nós!

Mais

Sindicato do Sector Financeiro

Mais

Sindicato do Sector Financeiro

Mais

Sindicato do Sector Financeiro



MARQUE UMA
**CONSULTA DE
ACONSELHAMENTO
AUDITIVO
GRATUITA**

NOVO WIDEX **MOMENT™**

O MAIS DISCRETO APARELHO AUDITIVO **RECARREGÁVEL** DO MUNDO

Descubra o que pode esperar de WIDEX MOMENT™ :

- Um aparelho com um som tão natural que se esquece que o está a usar.
- Mais de 20 horas de utilização.
- Inteligência artificial inovadora que conduz a uma melhor e mais personalizada experiência auditiva.
- Conectividade sem fios ao seu telemóvel.

**INFORME-SE NA WIDEX SOBRE AS CONDIÇÕES
EXCLUSIVAS PARA BENEFICIÁRIOS DO SAMS**

SAMS | Linha de Apoio | Marcações
210 499 999



Serviço disponível no Centro Clínico Ambulatório do **SAMS**, Serviço de Audiofonia, em Lisboa, ou em qualquer Centro Auditivo Widex em todo o país.



JOÃO CARVALHO

Os lucros da banca são só para si

A APB propõe-se “gratificar” os trabalhadores bancários com uma proposta de 0% de aumento salarial para 2020. Vergonha!

Passo a passo vai-se construindo futuro, com a convicção de que o rumo será mais seguro para os bancários, nossos sócios.

Com as alterações estatutárias aprovadas por larga maioria no Conselho Geral de 30 de junho, bem como a criação do novo símbolo do Mais Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias, concretizou-se mais um objetivo de todos. Nesta data também foram aprovadas as contas do Sindicato relativas a 2019.

A digitalização das comparticipações arrancou com sucesso, embora os muitos emails recebidos nos obriguem a um esforço redobrado de trabalho na sua transformação para o sistema AdvanceCare. Pretende-se otimizar o consumo de recursos, tempo, espaço físico e de papel, contribuindo todos os fatores para uma agilidade no reembolso das comparticipações.

APB — As negociações do ACT do Setor Bancário continuam bloqueadas por parte das IC, com o escandaloso aproveitamento da pandemia que nos afeta a todos. Um setor que retomou aos resultados positivos, e bem, ao invés pratica um desprezo pelos direitos económicos e sociais dos bancários que contribuem desde a primeira hora, dando tudo da sua parte e quase nada recebendo em troca.

Os bancários estão entre os que têm feito sacrifícios, bem como as suas famílias. Mas a APB propõe-se “gratificar” os trabalhadores bancários com uma proposta de 0% de aumento salarial para 2020. Vergonha!

Esta prática negocial das IC não é aceitável num regime democrático, até porque a banca tem incentivos para conceder créditos a taxas mais baixas, não as praticando. Exige-se a valorização dos salários e das carreiras dos trabalhadores bancários.

A regulamentação do regime de teletrabalho é cada vez mais pertinente. A consagração do “direito a desligar”; a conciliação da vida profissional e familiar; o direito à privacidade do trabalhador; a defesa da saúde e sua proteção; a garantia de formação e da posse de ferramentas digitais que salvaguardem a segurança, a proteção dos dados pessoais dos trabalhadores e a compensação dos custos associados ao teletrabalho são matérias a serem acordadas em sede de Concertação Social, tripartida.

Por fim, não podemos deixar de manifestar a nossa apreensão face à situação de agravamento do contágio por SARS-CoV-2, apelando a todos para o rigoroso cumprimento das normas da DGS e dos planos de contingência das várias Instituições e das Autoridades competentes. Pela nossa parte, procuramos fazer sempre melhor. ■

ÍNDICE

Sindical

Redução de balcões do Montepio ainda em estudo | 5
IC intransigentes na revisão do ACT | 5
Negociações com o BCP já começaram | 5
Conselho Geral: Mais Sindicato tem novo logotipo | 6
Relatório e Contas aprovado | 7
O novo símbolo | 9
SAMS em audição parlamentar | 10
Perguntas & respostas | 13

SAMS

Trrrrin! Trrrrriiii! É o seu médico | 16

Questões Jurídicas

Teletrabalho: refletir, corrigir e decidir | 18

GRAM

De volta às artes | 20

Lar de Idosos

Lar comemorou mais um aniversário... | 21
... e celebrou o Carnaval com muita folia | 21

Dossiê | Visto de fora

Pensões: cuidar do presente, assegurar o futuro | 23
A armadilha do (de)semprego | 24

Tempos Livres

Futsal: Team Foot Campeã de veteranos | 25
King: Caetano Moço é líder | 26
Nos passos de Cistóvão Colombo | 26

Talento à prova | 24

Passatempos | 30

A palavra aos sócios



Agradecimento a O Bancário

É com orgulho e emoção que li o elogio que V.ª Ex.ª fizeram ao meu pai, Sr. Alberto Martinho Gonçalves, no n.º 212 de O Bancário.

Muito obrigada por não se esquecerem de alguém que eu recordo todos os dias como sendo um Homem bom, generoso e honrado. Alguém que partiu cedo demais, que me faz muita falta e de quem nunca me esquecerei!

Este meu agradecimento é extensivo à minha mãe e irmã.

Elisabete Gonçalves
Sócia n.º 62929

Por iniciativa dos sócios

Confraternização

Os ex-funcionários do Banco Fernandes de Magalhães não esquecem as amizades tecidas no local de trabalho e mantêm o prazer do convívio, para trazer à conversa memórias de

outros tempos. Com esse objetivo, reúnem-se trimestralmente na última quinta-feira do mês. O próximo encontro está agendado para o dia 24 de setembro.

Grande angular



Portugal falha na redução da disparidade salarial entre homens e mulheres

Portugal não fez o suficiente para garantir a igualdade de rendimentos entre homens e mulheres, considerou o Comité de Direitos Sociais do Conselho da Europa, avança o Público. No entanto, ilibou Portugal das acusações relacionadas com a legislação em vigor e a sua aplicação.

“As medidas adotadas para promover oportunidades para homens e mulheres no que diz respeito ao salário são insuficientes e não resultaram num progresso visível”, o que acaba por constituir uma violação do previsto na carta, defende o comité. De acordo com os números publicados pelo Eurostat, o comité assinala que em 2010, os salários das mulheres por hora eram 12,8% inferiores aos dos homens e que em 2017, apesar de se ter iniciado entretanto uma trajetória descendente, essa diferença era mais alta (16,3%).

O Comité de Direitos Sociais do Conselho da Europa diz que o país está a violar o Artigo 20.º c. Carta Social Europeia Revista — assinada por Portugal em 1996, ratificada em 2001 e com entrada em vigor em 2002 — que determina que deve ser garantido o direito a oportunidades e tratamentos iguais no emprego, sem discriminação por género, relativamente a salários.

Propriedade: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas - NIF 500 825 556

Correio eletrónico: direccao@sbsi.pt

Diretor: Rui Riso

Diretor-adjunto: João Carvalho

Conselho editorial: Rui Riso, João Moreira,

José Carlos Pires e João Carvalho

Editor: Elsa Andrade

Redação, Edição e Produção:

Rua de São José, 131 — 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 100 — Fax: 213 216 180

Correio eletrónico: obancario@sbsi.pt

Grafismo: Ricardo Nogueira

Pré-impressão e Impressão: Xis e érrre, xer@netcabo.pt

Rua José Afonso, 1, 2.º — Dto. — 2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 39.439 Exemplares (sendo 4.439 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 310954/10

Registado na ERC: n.º 109.009

Estatuto Editorial

Consultável através do endereço:

https://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx

A publicidade publicada e/ou inserida em O Bancário é da total responsabilidade dos anunciantes

Redução de balcões do Montepio ainda em estudo



Eventual necessidade de diminuição de trabalhadores será analisada caso a caso. O banco adiantou ao Mais Sindicato e ao SBC que em algumas funções as equipas precisam ser reforçadas

Na sequência do pedido de reunião com caráter de urgência, a administração do Montepio recebeu o Mais Sindicato e o SBC, num encontro que teve a presença de Pedro Leitão, presidente da Comissão Executiva.

A reunião teve por objetivo esclarecer se a anunciada eliminação de 10% da rede comercial do banco,

através do encerramento de mais de três dezenas de agências, terá efeito nos trabalhadores.

Face às interrogações dos Sindicatos, a administração do banco explicou que a sua estratégia visa a otimização de espaços e recursos atendendo, nomeadamente, à proximidade geográfica de alguns balcões. No entanto, o processo não está concluído, pelo que ainda não estão definidos os balcões a encerrar.

Relativamente a eventuais consequências para os trabalhadores, o Montepio garantiu que se houver necessidade de diminuir o número de efetivos analisará a situação caso a caso.

Não obstante, salientou que poderá haver pessoas a mais em algumas funções, mas noutras é necessá-

rio reforçar equipas — e esse estudo está a ser feito. A administração comprometeu-se a manter diálogo com o Mais Sindicato e o SBC, informando-os previamente da evolução do processo, bem como garantiu o respeito pelos direitos dos trabalhadores e o seu necessário acompanhamento.

Teletrabalho

Os Sindicatos aproveitaram para esclarecer as regras de manutenção do teletrabalho. O banco informou que cerca de mil trabalhadores continuam em regime de teletrabalho e até setembro o número máximo em trabalho presencial será de 25%.

A administração adiantou que terá sempre em consideração e analisará atentamente todas as solicitações dos trabalhadores que pretendam manter-se nesse regime, nomeadamente por necessidades imperiosas de assistência a filhos e idosos ou por questões de saúde.

Para tal, os trabalhadores que pretendam manter-se em teletrabalho devem solicitá-lo à DGP, que analisará caso a caso. ■



As instituições de crédito mantêm a recusa em aceitar aumentos salariais, bem como a revisão do clausulado proposta pelo Mais Sindicato e o SBC

IC intransigentes na revisão do ACT

Os argumentos utilizados para a rejeição das propostas sindicais raíam a insensatez. A revisão de umas cláusulas não foi aceite porque “o previsto na Lei é suficiente”; outras porque “o previsto no ACT é suficiente” e as restantes por implicarem “aumento de encargos, sejam diretos ou indiretos”. Mesmo cláusulas tão simples como a da fixação de um intervalo para almoço foram rejeitadas, mostrando a quase nula abertura negocial das IC.

Para o Mais Sindicato e o SBC, esta postura reflete de forma inequívoca que as IC não querem alterar

nada, não obstante se revelar fundamental atualizar o ACT e regulamentar de forma detalhada matérias que afetam diariamente os trabalhadores.

Os Sindicatos insistem na necessidade de clarificar temas como o assédio moral, o direito a “desligar”, a avaliação de desempenho e a formação profissional, entre outras matérias. Por outro lado, e atendendo ao que se passou no âmbito da pandemia de Covid-19, os Sindicatos consideram urgente contratualizar o teletrabalho em todas as suas vertentes e implicações, pois está provado que este regime veio para ficar. ■

Negociações com o BCP já começaram

Mais Sindicato e SBC estão empenhados na revisão da convenção coletiva do BCP

Os Sindicatos apresentaram uma proposta de revisão de várias matérias do ACT do BCP, bem como a introdução de novas cláusulas. O banco está a proceder à sua análise.

Além da necessária atualização da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, os Sindicatos consideram fundamental rever o clausulado da convenção, de forma a adaptá-lo às novas realidades, nomeadamente no que concerne ao teletrabalho.

Mais Sindicato e SBC informarão os respetivos sócios à medida que o processo negocial for evoluindo.

Aprovado pelo Conselho Geral

Mais Sindicato tem novo logotipo



O Conselho Geral do Mais Sindicato teve sessão dupla para votar alterações estatutárias, o Relatório e Contas do ano transato e a mudança de logotipo do Sindicato. Todos os documentos foram aprovados por uma larga maioria

Os dois Conselhos Gerais realizaram-se no dia 30 de junho, na sede da UGT, na Ameixoeira. O primeiro com o ponto único de alterações de estatutos solicitadas pela DGERT, enquanto o segundo, mais extenso, apresentou o Relatório e Contas de 2019, abordou a situação do SAMS e a mudança de logotipo do Sindicato.

Alteração

Apesar do parecer favorável aos Estatutos na sua generalidade, a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) entendeu que o quórum deliberativo da Assembleia-Geral e do Conselho Geral devia ser expresso.

Assim, a Direção propôs a revisão parcial dos Estatutos nestes pontos, que mereceram aprovação dos conselheiros por uma larga maioria, com 73 votos a favor, 18 votos contra e duas abstenções.

Rui Riso referiu a elevada complexidade que alterações estatutárias acarretam e que acabam quase sempre por esbarrar no Ministério do Trabalho.

O presidente do Mais Sindicato adiantou que após estas alterações os estatutos ficam adequados

à atualidade, mas a constante evolução da sociedade fará inevitavelmente com que venham a ficar desajustados da realidade.

Necessidade

José Pereira da Costa, dos serviços jurídicos do Sindicato, explicou as alterações recomendadas pela DGERT, esclarecendo todas as dúvidas que foram surgindo por parte dos conselheiros.

"A DGERT solicitou duas alterações ao quórum. Não era líquido que fossem absolutamente necessárias, mas após ouvirmos com atenção a interpretação que a DGERT fez ficou claro que essas alterações aos quóruns deliberativos eram imprescindíveis para que os Estatutos ficassem cristalinos".

Quóruns deliberativos

Em relação às Assembleias Gerais, está agora discriminado no artigo 19.º que as deliberações deste órgão são feitas através de maioria simples.

O mesmo passa a estar patente no regulamento dos Conselhos Gerais, no artigo 23.º, em que as deliberações são feitas por maioria simples, exceto quando o presente artigo exija maioria qualificada.

O requerimento de alteração dos Estatutos prevê ainda mudanças no quórum constitutivo das reuniões de Direção, no artigo 33.º, onde a validade das reuniões fica atestada com a presença de, pelo menos, metade dos seus elementos em exercício efetivo.

Já no artigo 67.º, relativo à Composição transitória dos Órgãos Sociais, ficou definido que "os

Órgãos Sociais constituídos nos termos do n.º 1 e n.º 2 ficam investidos de todos os poderes e competências que estatutariamente estão, respetivamente, atribuídos à MAG, à Direção, ao Conselho Fiscalizador de Contas e ao Conselho de Disciplina, até à tomada de posse dos membros eleitos na primeira eleição a que se refere o artigo 70.º".

Eleições adiadas

O artigo 70.º diz respeito precisamente à primeira eleição para o Mais Sindicato. Por força da pandemia de Covid-19 e aos sucessivos estados de Emergência e de Calamidade, vários serviços públicos foram encerrados e um conjunto de prazos e processos suspensos, o que impediu que os Sindicatos atuassem e deliberassem o processo de fusão no Mais Sindicato. Como tal, as eleições para a nova organização tiveram de ser adiadas para o prazo máximo de dezembro de 2021.

Os Estatutos referem agora que "a primeira eleição realizar-se-á no prazo de um ano após a publicação no Boletim de Trabalho e Emprego do registo e respetiva aprovação, pela DGERT, da fusão por integração. . ."

Esta eleição será sempre marcada até ao final de setembro de 2021, devendo então ser efetuada até ao final de dezembro do mesmo ano. No entanto, lembrou Rui Riso, se os Estatutos aprovados no Congresso de Dezembro não forem validados, estarão de novo em vigor os anteriores, segundo os quais as eleições decorrerão em abril de 2023. ■



Relatório e Contas aprovado

O exercício do ano transato foi aprovado por uma larga maioria, com oito votos contra e duas abstenções

As contas do Sindicato foram apresentadas pelo tesoureiro António Fonseca, que referiu que o documento confirma a redução do número de sócios devido à retração da própria banca, à ausência de contratações e às rescisões por mútuo acordo.

António Fonseca explicou ainda que 2019 foi ano de eleições, o que faz sempre disparar os custos. Fez referência ao Parque de Campismo, que continua a dar resultados positivos, e ao Centro de Férias, ainda com números negativos. "Com alguns ajustes que temos feito, o saldo tem vindo a ser menos negativo."

Resultados consolidados

O Mais Sindicato terminou 2019 com um resultado líquido negativo de 3,5 milhões de euros. Relativamente a 2018, destaca-se um ligeiro aumento do volume de gastos, em 0,1% e uma evolução negativa dos rendimentos de 2%.

Desta forma, no ano passado, o SBSI teve um total de gastos de 143.639.821 euros, contra um total de rendimentos de 140.090.406 euros.

Relativamente à estrutura de gastos, destacam-se os custos com pessoal, no montante de 43,3 milhões

de euros (uma diminuição de um milhão de euros) e que representam 30% do total de gastos.

Os fornecimentos e serviços totalizam 42,7 milhões de euros, e também representam um decréscimo de 1,3 milhões de euros (30% dos gastos).

O valor referente a outros gastos e perdas cifra-se nos 34,8 milhões de euros, um aumento de um milhão relativamente a 2018, e representa 24% dos gastos.

Do valor total, 32,3 milhões de euros dizem respeito à atribuição de participações, que apresentam um aumento de 1,1 milhões de euros. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas ascende a 16,3 milhões de euros (+ 1,3 milhões de euros).

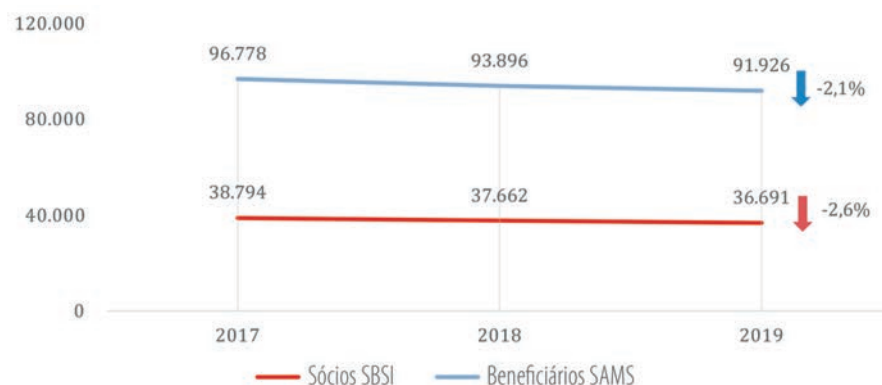
Estrutura de rendimentos

No que diz respeito aos rendimentos, 92,2 milhões de euros são provenientes das quotizações e contribuições, correspondendo a 66% do total dos rendimentos e a um aumento da ordem dos 95 mil euros.

Os referentes a vendas e prestação de serviços totalizam 45,9 milhões de euros e constituem 33% do total dos rendimentos (-2,5 milhões de euros).

Outros rendimentos, no montante de 1,9 milhões de euros, representam 1% da estrutura de rendimentos, apresentando uma diminuição de 0,5 milhões de euros.

Evolução dos sócios e beneficiários





Situação do SAMS explicada

No ponto fora da Ordem de Trabalhos, vários conselheiros questionaram a Direção sobre o facto de o SAMS ter sido afetado pela pandemia de Covid-19.

Já depois de observado um minuto de silêncio em memória das vítimas da pandemia em Portugal, Rui Riso e Faustino Ferreira, vogal da Comissão Executiva e diretor clínico, explicaram todo o processo e o porquê da tomada de decisão de encerrar as unidades de saúde.

O presidente do Mais Sindicato defendeu as decisões tomadas pela Comissão Executiva. “Trabalhámos sempre em equipa, sobretudo nas grandes decisões. Dou a cara por elas porque sou o presidente e porque entendo que é assim que deve ser feito. Mas são decisões de equipa, este é um trabalho de equipa”, referiu Rui Riso.

Já Faustino Ferreira, diretor clínico, deu ênfase ao facto de todo o seu percurso ter sido feito no sentido de “servir todos os bancários, independentemente das tendências” e explicou que a pandemia veio revelar todas as fragilidades do SNS e do próprio SAMS.

A maioria dos conselheiros que interveio manifestou o seu apoio às medidas tomadas. ■

► O resultado de 2019 corresponde assim a uma diminuição em cerca de 3,1 milhões de euros em relação ao ano anterior, explicada pela diminuição da prestação de serviços (-2,5 milhões de euros), do decréscimo dos outros rendimentos (-0,5 milhões), do aumento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (1,3 milhões), do crescimento dos outros gastos (1 milhão), do decréscimo do fornecimento e serviços externos (-1,3 milhões) e da diminuição dos custos com pessoal (-1 milhão).

SAMS

As contas relativas ao SAMS, que integram o Consolidado, foram apresentadas por José Carlos Caiado. O vogal da Comissão Executiva explicou o resultado líquido negativo de 4,2 milhões de euros - ainda que com um EBITDA positivo de 1.217.822 euros -, traduzindo em termos globais e relativamente a 2018, um ligeiro aumento do volume de gastos, de 0,1%, cifrando-se em 135.144.562 euros. Os rendimentos, no valor total de 130.966.682 euros, tiveram uma evolução negativa de 2%. O resultado corresponde a uma diminuição de cerca de 2,7 milhões de euros, em relação ao ano anterior.

Análise económica

CONTAS	2019		2018		2017		Variação	
	N.º	(%)	N.º		N.º		19/18	18/17
GASTOS	143.639.821 €	100%	143.543.150 €		145.972.544 €		0%	-2%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	16.322.306 €	11%	15.045.855 €		15.106.335 €		8%	0%
Fornec. e Serv. Externos	42.653.060 €	30%	43.992.303 €		42.885.271 €		-3%	3%
Gastos com o Pessoal	43.313.581 €	30%	44.219.465 €		45.493.856 €		-2%	-3%
Gastos de Deprec. e Amort.	4.834.402 €	3%	4.655.264 €		4.800.359 €		4%	-3%
Perdas por Imparidade	1.199.976 €	1%	617.281 €		205.368 €		94%	>100%
Provisões do Período	316.102 €	0%	942.097 €		1.613.964 €		-66%	-42%
Outros Gastos	34.794.064 €	24%	33.858.733 €		35.626.552 €		3%	-5%
Gastos de Financiamento	206.330 €	0%	212.152 €		240.838 €		-3%	-12%
RENDIMENTOS	140.090.406 €	100%	143.060.244 €		154.977.394 €		-2%	-8%
Vendas	5.543.322 €	4%	5.555.575 €		5.981.865 €		0%	-7%
Serviços Prestados	40.315.123 €	29%	42.849.366 €		41.391.858 €		-6%	4%
Quotiz./Contrib.	92.190.516 €	66%	92.095.823 €		93.651.605 €		0%	-2%
Reversões	5.336 €	0%	3.583 €		1.514.697 €		49%	-100%
Outros Rendimentos	1.932.989 €	1%	2.438.129 €		12.375.409 €		-21%	-80%
Juros e Outros Rend. Similares	103.119 €	0%1	17.769 €		61.960 €		-12%	90%
Resultado Antes de Impostos	-3.549.415 €	-	-482.905 €		9.004.851 €		>-100%	>-100%
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	464 €		577 €		0 €		-20%	-
Resultado Líquido do Exercício	-3.549.879 €	-	-483.482 €		9.004.851 €>		-100%>	-100%

Nos gastos, os fornecimentos e serviços, no montante de 42,4 milhões de euros, tiveram um decréscimo de 1,8 milhões de euros, enquanto os gastos com pessoal, no montante de 37,1 milhões de euros, registam uma diminuição de 0,4 milhões.

Destaque ainda para o valor referente a outros gastos no montante de 34,1 milhões (+0,8 milhões de euros), dos quais 32,3 milhões dizem respeito à atribuição de participações.

Rendimentos

Em relação aos rendimentos, destacam-se os provenientes das contribuições para o SAMS, no montante de 86,1 milhões de euros, correspondendo a 66% do total e com um aumento de 221 mil euros, sendo 82,2 milhões de euros de contribuições obrigatórias e 3,9 milhões de euros de contribuições facultativas.

A prestação interna de serviços a beneficiários e outros utentes ascende ao valor global de 43,3 milhões de euros (33% do total dos rendimentos), traduzindo uma diminuição de cerca de 2,3 milhões de euros.

O valor referente a outros rendimentos teve uma diminuição de 0,5 milhões de euros, cifrando-se agora em 1,5 milhões de euros.

Desafios

Na sua intervenção, José Carlos Caiado explicou que o impacto da Covid-19 veio alterar o modo de funcionamento das unidades de saúde, nomeadamente na redução da pressão nas salas de espera, na higienização dos espaços entre consultas e no material de proteção individual dos profissionais, o que faz crescer a despesa de forma considerável, bem como no aumento dos tempos de espera entre cirurgias.

Depois de escrutinados os documentos e esclarecidas as dúvidas, foi ainda lido o parecer da Comissão Fiscalizadora de Contas, que recomendou a aprovação das mesmas. ■

Tipo de beneficiário

TIPO DE BENEFICIÁRIO	2019		2018	2017	Variação	
	N.º	(%)	N.º	N.º	19/18	18/17
TITULARES	47.550	52%	48.043	48.847	-1%	-2%
Efetivos	18.067	20%	18.662	19.420	-3%	-4%
Eventuais	436	0%	430	410	1%	5%
Reformados	23.241	25%	23.312	23.478	0%	-1%
Pensionistas	5.432	6%	5.282	5.159	3%	2%
Outros	374	0%	357	380	5%	-6%
FAMILIARES	44.376	48%	45.853	47.931	-3%	-4%
Cônjuges/Companheiros	25.686	28%	26.272	27.088	-2%	-3%
Descendentes	18.647	20%	19.529	20.716	-5%	-6%
Ascendentes	43	0%	52	127	-17%	-59%
TOTAL	91.926	100%	93.896	96.778	-2%	-3%

Análise económica global

CONTAS	2019		2018	2017	Variação	
	N.º	(%)	N.º	N.º	19/18	18/17
GASTOS	135.144.562 €	100%	135.073.766 €	137.199.152 €	0%	-2%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	16.208.421 €	12%	14.931.755 €	14.983.175 €	9%	0%
Fornec. e Serv. Externos	42.388.423 €	31%	44.174.366 €	43.364.989 €	-4%	2%
Gastos com o Pessoal	37.056.490 €	27%	37.480.057 €	38.433.832 €	-1%	-2%
Gastos de Deprec. e Amort.	4.006.608 €	3%	3.805.695 €	3.843.305 €	5%	-1%
Perdas por Imparidade	1.199.976 €	1%	617.281 €	202.665 €	94% >	100%
Provisões do Período	0 €	0%	605.736 €	1.272.280 €	100%	-52%
Outros Gastos	34.097.449 €	25%	33.266.838 €	34.875.714 €	2%	-5%
Gastos de Financiamento	187.195 €	0%	192.039 €	223.192 €	-3%	-14%
RENDIMENTOS	130.966.682 €	100%	133.630.069 €	145.715.686 €	-2%	-8%
Vendas	5.543.322 €	4%	5.555.575 €	5.981.865 €	0%	-7%
Serviços Prestados	37.771.795 €	29%	40.091.137 €	38.998.727 €	-6%	3%
Quotiz./Contrib.	86.122.470 €	66%	85.901.931 €	87.235.687 €	0%	-2%
Reversões	0 €	0%	0 €	1.510.126 €	-	-100%
Outros Rendimentos	1.469.770 €	1%	2.001.983 €	11.956.982 €	-27%	-83%
Juros e Outros Rend. Similares	59.324 €	0%	79.443 €	32.300 €	-25%	>100%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-4.177.880 €	-	-1.443.698 €	8.516.534 €	>-100%	>-100%
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	17 €		30 €	0 €	-43%	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-4.177.898 €	-	-1.443.728 €	8.516.534 €	>-100%	>-100%

Taxa de transformação em benefícios

VALOR	2019	2018	2017	Variação (%)	
	Valor (%)	Valor	Valor	19/18	18/17
Benef. atribuídos aos beneficiários [1]	88.000.486 €	- 87.300.075 €	85.870.981 €	1%	2%
Contribuições [2]	86.113.466 €	- 85.893.670 €	87.226.720 €	0%	-2%
Tx. de Transf. em Benef.-SAMS ([1]/[2])	102,2%	101,6%	98,4%	1 p.p.	3 p.p.



Mais
Sindicato do Sector Financeiro

O novo símbolo

O último ponto da Ordem de Trabalhos disse respeito à alteração do símbolo do Mais Sindicato para corresponder à nova designação.

António Fonseca explicou o processo de criação do novo símbolo, bem como toda a expressão visual do Mais Sindicato, referindo que a intenção passou por ter uma linguagem e uma fonte mais amigável e moderna. O novo logotipo terá várias cores, para poder ser adaptado a várias realidades e faixas etárias. Depois de ouvidos os conselheiros inscritos, procedeu-se à votação: 73 votaram a favor, oito votaram contra e cinco abstiveram-se. A proposta sido aprovada por uma larga maioria.

Na próxima revista será contado o percurso criativo deste símbolo. ■



SAMS em audição parlamentar

Para facultar informação sobre notícias veiculadas na comunicação social referentes à suspensão dos serviços clínicos do SAMS, a Comissão Parlamentar de Saúde ouviu em audiência, no dia 13 de maio, a Comissão Executiva do SAMS: o presidente Rui Riso e os vogais Faustino Ferreira (também diretor clínico) e José Carlos Caiado

A Comissão contou com a intervenção dos deputados Susana Correia (PS), Sandra Pereira (PSD), Moisés Ferreira (BE) e, por videoconferência, Be-biana Cunha (PAN), além da sua presidente, Maria Antónia de Almeida Santos (PS).

Na intervenção inicial e antes de responder às questões dos deputados, Rui Riso explicou o que é e porque existe o SAMS, Faustino Ferreira elencou as razões clínicas para a suspensão de parte dos serviços e José Carlos Caiado referenciou a relação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Bancários sem SNS

Rui Riso começou por explicar aos deputados que o SAMS é complementar ao Serviço Nacional de

Saúde e a sua criação, em 1975, deveu-se ao facto de os bancários não terem acesso aos serviços oficiais de saúde. “Os bancários não eram considerados cidadãos na sua plenitude”, criticou.

“Foi necessária uma grande batalha” para que em 2000 os bancários alcançassem esse direito, em igualdade de circunstâncias com os outros cidadãos. Aconteceu através de um acordo de “opting-out”, que terminou oito anos mais tarde por “discriminação”, uma vez que a verba atribuída pelo Estado ao SAMS era sensivelmente metade da atribuída a outros subsistemas, como a ADSE. “Os outros subsistemas não têm prestação de cuidados de saúde, ou pelo menos não na dimensão do nosso SAMS”, frisou.

“Para suprir esta lacuna grave”, o Sindicato desenvolveu a prestação de serviços próprios de saúde, e

assim nasceu o Centro Clínico e, em 1994, o Hospital.

Antes e após o fim do acordo de “opting-out” e até ao reconhecimento pelo Estado do direito ao acesso dos bancários ao SNS, o SAMS continuou a reforçar e desenvolver a capacidade instalada, de forma a suprir as necessidades dos seus beneficiários. “Hoje, com a diminuição do número de bancários, existe uma capacidade instalada excedentária, que se procura pôr ao dispor de outras pessoas, entidades, subsistemas e companhias de seguros.”

O Mais Sindicato emprega cerca de 1.500 trabalhadores, dos quais 1.244 na área da saúde, na prestação de cuidados e das atividades conexas. “A grande maioria dos nossos trabalhadores tem contrato de trabalho. Alguns trabalham a recibo verde, o que é uma tradição no setor, e cerca de 2% ou

3% têm contratos a prazo, para fazer substituições de trabalhadores que, pelos mais diversos motivos, estão impedidos de trabalhar”, especificou.

A surpresa do surto

“Não estávamos preparados, nem ninguém, para a pandemia, e muito menos para esta adversidade no Hospital”, afirmou Rui Riso, lembrando: “O nosso Hospital é reconhecido por ser dos mais limpos do Sul da Europa relativamente a infeções associadas aos cuidados de saúde — as percentagens estão em linha com as dos hospitais do Norte da Europa”.

E acrescentou: “Periodicamente, a nossa Comissão de Controlo de Infeções expõe os seus procedimentos e debate-os com colegas de outros hospitais, no sentido, também, de relevar as boas práticas que temos — daí a nossa grande admiração pelo surto”.

O SAMS tem um conjunto de áreas do Hospital e do Centro Clínico certificadas, o que não depende apenas das instalações físicas e dos equipamentos ao dispor, “mas sobretudo dos procedimentos que são levados a cabo”, sublinhou Rui Riso.

O SAMS, como outros subsistemas de saúde, cumpre a sua missão com uma rede de entidades convencionadas, e também com a comparticipação nas despesas de saúde que os beneficiários realizam de livre escolha. “Nestas duas vertentes estamos em linha com os outros subsistemas. O que nos distingue é, efetivamente, a prestação própria de cuidados de saúde e a sua dimensão.”

“Cerca de 30% da despesa é feita externamente, ou seja, essa percentagem de beneficiários não frequenta os nossos serviços internos. O resto, sim, é realizado dentro.”

O presidente do Sindicato e do SAMS lembrou ainda a área geográfica de cobertura, da Covilhã ao Algarve e às Ilhas.

O Sindicato possui ainda um Lar de Idosos com 100 residentes, “felizmente sem qualquer foco de infeção”, e que foi recentemente visitado pela ARS para rastrear residentes e trabalhadores.

Plano de contingência em janeiro

Faustino Ferreira, membro da Comissão Executiva do SAMS e diretor clínico, explicou aos deputados os acontecimentos dos últimos meses, para “tentar pôr alguma luz e esclarecimento sobre o que aconteceu”.

O SAMS começou a preparar-se para a pandemia em janeiro, quando apareceram notícias sobre a situação na China. Nessa altura foi realizada a primeira sessão clínica com a ajuda da Comissão de Controlo de Infeção e elaborado o primeiro plano de contingência para controlo de infeção, publicado a 30 de janeiro.

Em fevereiro, continuou o diretor clínico, efetuaram-se várias reuniões com médicos, nomeadamente da Urgência e do Internamento, de forma a prepararem-se e treinarem a utilização dos equipamentos de proteção individual. “Na altura em que surgiu o surto, havia um elevado grau de consciência em todos os profissionais”, adiantou Faustino Ferreira.

Parte da atividade clínica foi suspensa em menos de uma semana, no cumprimento estrito das orientações do Ministério da Saúde e da Direção-Geral da Saúde (DGS). “Em alguns casos até nos antecipámos, pois a partir de 13 de março encerrámos toda a atividade da Saúde Oral, quando o Despacho da ministra da Saúde nesse sentido só entrou em vigor

no dia 16. E só no Centro Clínico fazemos, em média, 500 atendimentos em Saúde Oral”, salientou.

Coincidentemente, o Gabinete da ministra divulga uma solicitação às unidades de saúde para se prepararem para receber e internar doentes de Covid-19, o que leva o SAMS a suspender toda a atividade programada, quer cirúrgica quer de consultas.

No Centro Clínico manteve-se em funcionamento o Atendimento Permanente, bem como a Unidade de Oncologia e Radioterapia, enquanto o Hospital ocupou-se dos doentes de Medicina ainda internados e da respetiva Urgência.

O surto de Covid-19

No dia 12 de março desencadeia-se a situação interna: um médico testou “positivo” para Covid-19. O SAMS realiza o rastreio sistemático dos 23 doentes internados e de 80 profissionais, sendo confrontado com os resultados: três doentes e mais oito médicos testaram positivo.

Face a esta situação, no próprio dia 13 o SAMS contactou a entidade de saúde, a solicitar avaliação e orientações. Numa reunião no dia 15 foram validadas algumas das medidas já tomadas, como separação de doentes Covid-19 numa área isolada da enfermaria e tratados por uma equipa diferente da dos outros doentes, continuou a explicar Faustino Ferreira.

Os doentes infetados ficaram em tratamento no SAMS, pois as unidades preparadas para receberem casos de Covid-19 estavam a ficar sobrecarregadas.

Mas no dia 17 mais um doente testava “positivo”. O SAMS volta a rastrear todos e no dia 20 os resultados davam conta de sete doentes positivos, o que equivalia a uma taxa de 30% de infetados.

Face a isto, foi necessário tomar outra decisão importante: rastrear novamente todo o pessoal, o que revelou mais 50 profissionais infetados.

“A partir daí percebeu-se que era impossível manter a Urgência aberta, e que não havia condições para continuar a funcionar normalmente. A única forma era restringir ao máximo a atividade. Assim, primeiro foi fechado o Atendimento Permanente no Centro Clínico, concentrando tudo no do Hospital; numa fase posterior encerrámo-lo também, de forma a concentrarmos nos doentes infetados”, explicou o diretor clínico.

Transferência de doentes

“Quando percebemos que mais profissionais estavam infetados e que se continuássemos a internar doentes iríamos provavelmente aumentar o número ▶



► dos que entravam por outros motivos e se tornavam ‘positivos’, foi tomada a decisão — facilitada, acordada e negociada com o auxílio da entidade de saúde — de transferir os doentes, primeiro os positivos à Covid-19”, revelou o diretor clínico. Seguidamente, resolveu-se a situação dos doentes não “positivos”: oito foram transferidos para os hospitais civis, e os restantes, cujos problemas de saúde estavam solucionados, tiveram alta.

“Foi uma decisão difícil, complicada, mas total e completamente imposta pela realidade. O último doente saiu a 24 de março”, frisou o diretor clínico do SAMS, adiantando: “A partir daí começámos a planear todo o processo de higienização do Hospital”, decorreu de 28 de março a 10 de abril.

Nessa altura, 60 profissionais estavam em tratamento profilático e cerca de 200 em quarentena.

Retoma progressiva

“Neste momento, toda essa fase está ultrapassada. Quer o Hospital quer os profissionais voltaram a estar em condições de trabalhar e já reiniciámos a atividade cirúrgica, a 29 de abril”, garantiu Faustino Ferreira.

Progressivamente, o SAMS vai aumentando o número de consultas — que nunca acabaram completamente, pois durante o período de suspensão houve apoio telefónico. “Fazendo cerca de 1.500 consultas diárias, foi necessário alterar tudo, organizando quer as teleconsultas quer as presenciais”, disse.

Poupança ao SNS

José Carlos Caiado, vogal da Comissão Executiva, traçou o quadro da atividade do SAMS. Com



José Carlos Caiado



mais de 1.200 profissionais no quadro, os recursos humanos são repartidos entre o Hospital, o Centro Clínico e as clínicas periféricas da Grande Lisboa e regionais, disse.

O SAMS tem 92 mil beneficiários, 51% titulares. Destes, 40% estão no ativo e 60% reformados. “É esta a caracterização dos nossos beneficiários: cerca de 37% da população beneficiária tem mais de 65 anos e necessidades de prestação de cuidados muito diversas e acentuadas”, disse.

Continuando, referiu que no SAMS anualmente são realizadas 500 mil consultas para beneficiários e outros utentes, 1.400 mil exames de diagnóstico e terapêutica e nove mil cirurgias convencionais. “Gostaria de reforçar o papel relevante que o SAMS assume, na função de subsistema de saúde com prestação interna de serviços, no tratamento da sua população beneficiária, o que se traduz numa redução da pressão sobre o SNS de cerca de 100 milhões de euros/ano”, frisou.

Apoio

No âmbito da situação de pandemia e consequente estado de emergência, o SAMS promoveu a adequação da oferta assistencial, de forma a minimizar os impactos na instituição, através de um ajustamento muito significativo da oferta de cuidados, que em alguns casos implicou o encerramento de um conjunto de atividades não urgentes.

“Ainda assim, continuámos a prestar cuidados aos doentes mais vulneráveis ao nosso cuidado”. Destaque-se os doentes oncológicos, que conti-

nuaram os seus tratamentos; o abastecimento de medicamentos a doentes crónicos; hemodiálise; acompanhamento de grávidas e outros doentes com necessidade de acompanhamento, por exemplo em Cardiologia, para revisão de pacemakers ou outros equipamentos.

Além dos tratamentos de radioterapia aos seus doentes, o SAMS manteve o apoio aos hospitais do SNS com quem tem protocolo: IPO de Lisboa, Santa Maria e Hospital Barreiro/Montijo. “Nos meses de março e abril tratámos 126 novos doentes destas unidades”, frisou José Carlos Caiado.

Benefícios

Por fim, referiu que a taxa de transformação de benefícios para os beneficiários do SAMS tem sido, nos últimos anos, superior a 100%. “Essa taxa de transformação foi de 101,6% em 2018 e de 102,3% em 2019. Quer isto dizer que o valor recebido de contribuições dos beneficiários é totalmente utilizado para benefícios na prestação de cuidados de saúde dos beneficiários”. Isto tem sido possível uma vez que o SAMS, nos últimos anos, “garantiu parcerias com entidades externas, de modo a poder rentabilizar a sua capacidade instalada”, de forma a compensar a redução de beneficiários e, consequentemente de contribuições.

“Mas a prioridade do SAMS são os seus beneficiários, e a prova disso é o volume de atividade disponibilizada, a acessibilidade, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado que temos conseguido garantir em valor superior ao montante das contribuições”, concluiu José Carlos Caiado. ■

Perguntas & respostas

As dúvidas dos deputados e os esclarecimentos da Comissão Executiva do SAMS

As questões dos deputados...

Susana Correia, do Partido Socialista, foi a primeira deputada a questionar os elementos da Comissão Executiva do SAMS.

Depois de afirmar compreender que o encerramento “foi uma tomada de posição ponderada em resposta a um surto muito grave, que ninguém estava preparado nem tinha plano desenhado para enfrentá-lo”, constatou ainda que o SAMS teve de confrontar-se com profissionais infetados pela Covid-19, numa dinâmica crescente e uma circulação muito grande entre o Hospital e as clínicas.

“Há aqui uma responsabilidade, que foi impedir o fator de contágio nesta crise sanitária, dando resposta ao que têm sido as orientações da DGS”, considerou.

“Estou certa que enquanto estrutura sindical e prestadores de cuidados não estarão disponíveis para abdicar de tudo o que possa garantir a segurança e a melhoria dos benefícios aos vossos beneficiários, trabalhadores e utentes”, disse ainda.

Nesta fase de retoma progressiva e tendo em conta as orientações da DGS e do Ministério da Saúde, há a necessidade de prevenção a todo o momento, mas também a necessidade de retoma da prestação de cuidados além dos doentes de Covid-19.



Susana Correia (PS)

Assumindo que a explanação da Comissão Executiva do SAMS foi “bastante exaustiva e clara”, a deputada quis mais esclarecimentos.

A pergunta: como estão a proceder para que efetivamente o SAMS retome os serviços, salvaguardando as exigências de prevenção e prestação de cuidados de uma forma segura e cumprindo todas as orientações e protocolos definidos pela DGS?

Contradição da DGS

Sandra Pereira, do PSD, enalteceu a presença do SAMS na audição para esclarecer um conjunto de questões vindas a público, “embora não fossem obrigados a isso”.



Sandra Pereira (PSD)

“A importância e a atenção que esta questão teve nos meios de comunicação social é o reflexo da importância do SAMS como um serviço de prestação de cuidados de saúde que é coadjuvante do SNS”, acrescentou.

Afirmou ainda perceber que o encerramento do Hospital foi ditado pelas autoridades de saúde, nomeadamente a DGS, e não por uma medida de gestão, “porque a Urgência estava instalada no edifício do Hospital”.

No entanto, “a DGS terá vindo depois dizer que apenas determinou a suspensão provisória da Urgência e não de toda a unidade, como acabou por acontecer — e isso como medida cautelar. E disse a DGS que o encerramento de toda a unidade do SAMS nada tinha que ver com esta sua determinação”, afirmou, sublinhando a aparente contradição.

As perguntas: A autoridade de saúde, nomeadamente a DGS, não foi consequente com as suas

próprias determinações, porque decerto tinha de saber que a Urgência estava instalada no mesmo edifício e tendo em conta a infeção de vários profissionais e a sua convivência no mesmo edifício, isto daria o encerramento de todo o Hospital. Como se esclarece esta aparente contradição?

Que articulação está a ser feita entre o SAMS e o Ministério da Saúde para acautelar situações futuras?

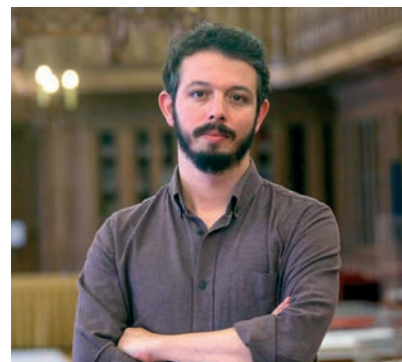
Que medidas concretas preventivas e que plano de contingência estão a aplicar para que no futuro o Hospital não volte a encerrar? Afastam esse cenário?

Trabalhadores e lay off

Moisés Ferreira, do Bloco de Esquerda, considerou que “ter um hospital e unidades periféricas encerrados num momento de pandemia não é normal e por isso é preciso mais esclarecimentos do que a caracterização aqui trazida”.

O deputado referiu que em 16 de março terá havido uma reunião com trabalhadores e representantes dos profissionais de saúde do SAMS, “quando já se sabia de vários profissionais infetados”.

“Terá sido aconselhado à administração do SAMS que os profissionais que tinham estado em contacto com os que testaram positivo fossem colocados em quarentena. Isso não terá acontecido”, acusou.



Moisés Ferreira (BE)

Referiu a realização de testes de rastreio “que terão dado negativo”, mas desde o contacto com o vírus até à testagem positiva decorrem vários dias. “O que nos dizem é que a opção da administração do SAMS terá sido não colocar os profissionais de maior risco em quarentena.”

► Os trabalhadores terão sido informados de que iria encerrar o Centro Clínico e as unidades periféricas a 20 de março, e dia 23 enviados para lay off, com perda remuneratória, afirmou. “A estranheza é exatamente esta: unidades de saúde, em plena epidemia, a dispensar profissionais e enviá-los para lay off?”, descartando os argumentos de ser uma medida preventiva para proteger os profissionais e a saúde pública. Se assim fosse, considerou, “encerrariam todas as unidades de saúde do País... quem ficaria a prestar cuidados de saúde à população?”.

O deputado sublinhou a solicitação do BE ao Ministério de que “deve haver uma averiguação sobre o desenvolvimento de um surto que levou ao encerramento de unidades de saúde em plena epidemia”, bem como insistiu em que profissionais, instalações e equipamentos do SAMS “deviam ter sido requisitados durante o estado de emergência”.

As perguntas: A partir do momento em que foram identificados os primeiros casos, os profissionais que tinham estado em contacto com os infetados foram colocados preventivamente em quarentena, sem perda remuneratória?

A DGS ordenou o encerramento de todas as unidades de saúde do SAMS ou o encerramento da Urgência? E se foi só o encerramento da Urgência, porque extrapolaram para todas as unidades?

Quantos trabalhadores foram abrangidos pelo lay off, qual foi a perda remuneratória, concordaram com a medida e esta foi negociada?

“Por que num momento de pandemia se dispensam centenas de trabalhadores da área da saúde?”

As acusações de outros

Por fim, intervindo à distância, Bebiana Cunha, do PAN, fez um enquadramento da situação e lembrou as críticas dos sindicatos, da Ordem e outros.



Bebiana-Cunha - PAN

Os sindicatos dos médicos, disse a deputada, consideraram que o SAMS terá usado o fecho dos serviços para um despedimento coletivo — “que não se veio a confirmar até ao momento e esperamos não se concretize” —, e pediram ao Governo para recusar a atribuição de apoios ao SAMS, com a alegação de fundamentação ilícita.

“A DGS veio dizer que o encerramento de todas as unidades do SAMS nada tem a ver com determinação da autoridade de saúde local, enquanto Rui Riso declarou que o encerramento não foi uma decisão de gestão, mas da autoridade de saúde. É necessário um cabal esclarecimento”, pediu.

Lembrou ainda que a Ordem dos Médicos condenou o encerramento global e o seu impacto nos 90 mil beneficiários do SAMS, além de adiantar que apenas foram assegurados os tratamentos em oncologia e radioterapia.

Bebiana Cunha recordou ainda a manifestação dos reformados do SBSI e a sua acusação de que “desde o dia 20 de março que estamos criminosamente privados do acesso aos nossos médicos”. E terminou com a alegação do CESP de que o SAMS desrespeitou a lei ao decidir unilateralmente encerrar o Hospital e as clínicas, colocando em lay off os trabalhadores.

As perguntas: Além da ordem do delegado de saúde de LVT, Mário Durval, para encerrar a Urgência do Hospital, receberam mais alguma indicação da DGS para o encerramento das restantes unidades?

Confirmam que os beneficiários do SAMS ficaram sem acesso às suas fichas com dados clínicos durante o encerramento dos serviços?

Consideram que teria sido possível logo após a conclusão do projeto de desinfeção do Hospital reabrir de imediato esta unidade, com todos os seus serviços, à exceção eventualmente da Urgência?

O que aconteceu efetivamente aos profissionais do SAMS?

... e as respostas do SAMS

Críticas da Ordem dos Médicos

Como diretor clínico, Faustino Ferreira começou com um desabafo: “Embora todos os dirigentes da Ordem dos Médicos e dos Sindicatos tenham o meu contacto pessoal, nenhum se preocupou, ao contrário de alguns deputados e alguns membros do Governo passado e presente, em saber minimamente o que se passava concretamente, nomeadamente o

Dr. Roque da Cunha, que tem o meu telefone. Estamos num País em que todos nos conhecemos e eu não sou novo na saúde em Portugal, sou médico desde 1979. É evidente que depois das acusações feitas também não lhe telefonei para tentar esclarecer, porque ele não queria ser esclarecido.”

Recomendações das autoridades de saúde

“A DGS não fechou tudo. A autoridade de saúde tem alguma autonomia em relação à DGS e só determinou formalmente o encerramento do Atendimento Permanente do Hospital. Isso é factual”, esclareceu Faustino Ferreira.

No entanto, então praticamente todos os serviços já estavam fechados, no SAMS e noutras entidades. “A partir de 16 de março, o SNS foi direcionado para a Covid-19, suspendendo a atividade presencial, e o SAMS seguiu e cumpriu as orientações para os serviços públicos de saúde.”

Quando no dia 23 a Urgência do Hospital encerrou, toda a atividade cirúrgica estava parada seguindo as orientações da Saúde, para que, se necessário, poderem ser utilizados os ventiladores do bloco e das camas para internar. “O Hospital estava a preparar-se para receber doentes do SNS”.

Nesse mesmo dia e face ao que estava a acontecer, o SAMS teve a ajuda e orientação da autoridade de saúde, que facilitou os contactos com os hospitais de Santa Maria e Curry Cabral para a transferência dos doentes.

“Não houve nenhuma determinação formal da autoridade de saúde, não houve nenhum papel, mas houve empenhamento operacional e direto na transferência e internamento dos doentes. Não teria sido possível de outra maneira. Já o encerramento formal da Urgência foi determinado pela DGS”, disse o diretor clínico para esclarecer “o que foi fechado e por quem”.

A ameaça de requisição

Quanto ao pedido de requisição de profissionais e equipamentos, o diretor clínico respondeu: “É muito fácil dizer que vamos requisitar, mas é para requisitar as paredes. Dizer que o fecho foi uma atitude antipatriótica ou foi por medo... não, tínhamos a equipa toda doente. No dia 22 de março, 65 profissionais de primeira linha estavam infetados e 200 tinham estado em contacto com eles ou com os doentes”.

Numa semana foram realizados mais de 700 rastreios, dos quais 200 a doentes e 500 a profissionais, que “entre 13 e 20 de março foram enviados para casa



Faustino Ferreira

em quarentena. A única forma de combater o surto era pararmos”, frisou Faustino Ferreira.

“Rastreámos todos, indo além do protocolo, o que custou ao SAMS 70 mil euros”, completou Rui Riso.

As fichas clínicas

“Pode ter havido um ou outro doente sem ficha, mas uma das muitas coisas que fiz, mesmo em casa, porque estive infetado embora assintomático, foi enviar por via digital os dados clínicos de todos os doentes que os pediram”, garantiu Faustino Ferreira, explicando que os contactos mantiveram-se, pois no SAMS “há uma relação muito familiar”.

Encerramento das clínicas

Quanto ao encerramento do Centro Clínico e das Clínicas, o presidente do SAMS lembrou que “os nossos profissionais dão consultas no Hospital, no Centro Clínico e nas Clínicas” e a maior parte tinha testado positivo, sendo eles próprios elementos de contágio. “As equipas são multidisciplinares, não poderíamos ter equipas com um só tipo de especialidade”, frisou.

“O Centro Clínico é frequentado por cerca de cinco mil pessoas por dia e funciona como ponto de encontro dos bancários — muitos vão lá apenas para almoçar e conversar. Neste contexto tínhamos ali uma bomba-relógio de contágios e de multiplicação de casos de Covid-19. E isso sim, foi uma prevenção. Prefiro estar hoje aqui a explicar porque encerrámos do que a explicar porque não o fizemos. Esta era a escolha: ou se fechava e interrompia-se o contágio ou não se fechava...”, salientou.

Apoio aos beneficiários

Os 90 mil beneficiários não estiveram sem apoio durante a suspensão de atividade do SAMS. “Ti-

veram o apoio já aqui referido. Além disso, foram atendidas mais de 12 mil pessoas para renovação de receituário, de baixas, para aconselhamento médico. Muitos desses doentes foram chamados para consultas presenciais, quando o seu caso não era tratável por via telefónica”, insistiu Rui Riso, salientando:

“Os beneficiários tiveram também outro apoio além do nosso. O SAMS do Mais Sindicato sem prestação própria é igual aos outros subsistemas.”

O SAMS e SNS

José Carlos Caiado sublinhou que o SAMS “indicou a sua capacidade instalada ao SNS, para o caso de haver necessidade de apoio na pandemia”.

No dia 9 de abril, a ARS de Lisboa enviou para todos os prestadores privados o clausulado para celebração de um protocolo temporário, ao qual o SAMS respondeu “no sentido de se poder agilizar procedimentos, embora não tenha havido necessidade de acionar o protocolo”, concluiu o vogal da Comissão executiva.

Trabalhadores em lay off

Rui Riso respondeu às questões relacionadas com os trabalhadores, esclarecendo que o lay off não começou no dia 20 de março. “Os trabalhadores ficaram dispensados de assiduidade até 6 de abril, data a partir da qual se solicitou o lay off, com as regras a dispor de quem está a trabalhar em Portugal”.

E esclareceu que foi feita “uma reunião à distância com todos os sindicatos, na qual foram informados pormenorizadamente sobre a intenção de pedir o lay off, uma vez que tínhamos as unidades fechadas”, negando assim o alegado desconhecimento da situação.

Os trabalhadores estiveram dispensados de assiduidade durante o encerramento, mas o lay off só

durou um mês. “Os trabalhadores em lay off receberam o que a lei prevê, pois não estamos em condições de ir além da lei; os que estavam da quarentena foram pagos pela Segurança Social.”

Relativamente às críticas de que o SAMS poderia ter evitado o recurso ao lay off utilizando a verba das contribuições, Rui Riso deixou claro: “O dinheiro das contribuições obrigatórias é intocável. Os recursos das contribuições obrigatórias são para transformar em benefícios diretos aos beneficiários, não são para aplicar na gestão da tesouraria interna nem para pagar salários. A nossa atividade de prestação de cuidados de saúde tem de ser autosuficiente. Não o sendo, não se justifica que exista.”

Direito a ajuda

O presidente do SAMS referiu ainda que “300 trabalhadores estiveram em teletrabalho, além de muitos em quarentena ou em casa de assistência aos filhos. É tudo isso que faz que em determinada altura medidas impopulares tenham que ser tomadas”.

Respondendo às críticas citadas nas perguntas dos deputados, Rui Riso afirmou: “O SAMS tinha direito de recorrer ao programa de ajuda, já que os seus descontos pelos trabalhadores à Segurança Social são de oito milhões de euros por ano, 80 milhões em dez anos. E paga esta verba porque os nossos trabalhadores têm rendimentos acima da média do setor”, sublinhou, acrescentando ironicamente:

“Se o lay off for apoiado com uma quantia na ordem de um milhão de euros, está explicado o prejuízo que nos foi apontado por estarmos a prejudicar gravemente a Segurança Social”.

Como uma entidade não lucrativa, “o SAMS não pode desprezar os apoios do Estado, que nunca recebeu ao longo de décadas”, sublinhou o presidente do SAMS, lembrando que, por ano, o SAMS alivia o orçamento do SNS em 100 milhões de euros, ou seja, “em dez anos são mil milhões”, concluiu.

Novo encerramento?

Respondendo à eventualidade de um novo encerramento do SAMS, Rui Riso foi esperançoso: “Esperamos muito que não, aprendemos muito desta vez.”

Mas não deixou de expressar o desejo de que os esclarecimentos possam pôr cobro à “campanha inqualificável” contra o SAMS, e de esperar, no futuro, que “a importância hoje dada ao SAMS por ter encerrado, seja também reconhecida nos momentos em que estamos a trabalhar”. ■

Trrrrriin! Trrrrriiin! É o seu m



O SAMS tem já disponível uma plataforma de telemedicina que simplifica o recurso a consultas à distância, evitando ao beneficiário a deslocação ao consultório – é o médico que vai até si, através de vídeo ou telefone, com todas as condições como se estivessem frente a frente

O eSAMS nasceu para facilitar a vida a beneficiários e utentes. Com todo o profissionalismo e excelência que caracterizam o SAMS, as consultas médicas à distância garantem também a segurança de evitar eventuais contágios nas deslocações ou em locais de concentração de doentes. E sem perder tempo, em viagens ou na sala de espera!

Por teleconsulta ou vídeoconsulta, o seu médico atende-o com a mesma atenção e cuidado de sempre. E sempre que considere necessário vê-lo presencialmente, providenciará para que isso aconteça. Entretanto, mantê-lo-á saudável ou com a sua doença controlada, com a comodidade de não ter de sair de casa.

Muitas especialidades estão já preparadas para a realização de consultas à distância, cobrindo assim a maioria das suas necessidades médicas.

Veja como é simples!

O que é o eSAMS?

O eSAMS é a plataforma de telemedicina do SAMS, que permite a gestão de consultas médicas à distância com recurso a meios informáticos ou telefónicos – vídeoconsulta ou teleconsulta.

O que é uma vídeoconsulta ou uma teleconsulta?

Vídeoconsulta ou teleconsulta são consultas médicas realizadas de forma remota, que permitem ao beneficiário/utente ter acesso ao seu médico, assim

como ao vasto corpo clínico e especialidades do SAMS, com a comodidade e a segurança de não ter que se deslocar às instalações do SAMS.



édico



A videoconsulta é realizada com recurso a imagem e som, ou seja, por vídeo, e a teleconsulta é realizada por telefone.



Quais as condições necessárias para a realização de uma videoconsulta?

O beneficiário/utente deverá ter um computador ou um smartphone.

Para realizar uma videoconsulta é necessário que o beneficiário/utente possua um equipamento com câmara e microfone com os seguintes requisitos técnicos:

- Computador, smartphone ou tablet com acesso à internet, com câmara, microfone e altifalantes;
- Software
 - Computador: Google Chrome;
 - Smartphone ou tablet (IOS ou Android): Jitsi Meet (disponível na Apple Store ou Google Play);
- Ter uma conta de mail válida para receber as instruções;
- Telemóvel para receber o PIN de acesso à videoconsulta;
- Aceitar os termos e condições no link do e-mail que recebe após marcação referente a e-sams-consentimento.sams.pt.

Pode ser realizada uma videoconsulta se não estiver marcada?

Não. A gestão e o tratamento do ato de videoconsulta é diferente dos outros atos e é despolegado a partir do TrakCare.

A videoconsulta só poderá ser realizada se existir um ato agendado com a descrição videoconsulta e na agenda do médico.

Um ato de videoconsulta é único e é gerido exclusivamente a partir do Trakcare. Por questões de segurança, não existe a possibilidade de ser realizado a partir de outra plataforma ou de outra agenda.

O que o beneficiário/utente tem de fazer após a marcação de uma videoconsulta?

O beneficiário/utente recebe um mail com a descrição de videoconsulta ou teleconsulta e os Termos e Condições para a prestação do ato. O mail da marcação tem um link para aceitar os Termos e Condições de acesso à videoconsulta ou teleconsulta, que contém o consentimento informado e a autorização para o débito do ato.

Cada Termo e Condição é único e corresponde a um ato específico.

Após aceitação dos termos, o beneficiário/utente recebe um mail de acesso à videoconsulta e com indicação que vai receber um PIN por SMS que dá acesso à videoconsulta. ■



Especialidades disponíveis

As consultas de videoconsulta ou teleconsulta são definidas pela Direção Clínica e de acordo com requisitos técnicos e clínicos.

Eis o conjunto de especialidades disponíveis (a lista também pode ser consultada no Trakcare):

- Angiologia e Cirurgia Vascular;
- Cardiologia;
- Cirurgia Geral;
- Clínica Geral;
- Endocrinologia;
- Gastroenterologia;
- Hematologia;
- Imunoalergologia;
- Medicina Geral e Familiar;
- Medicina Interna;
- Medicina Interna/Diabetes;
- Medicina Interna/Hepatologia;
- Medicina Interna/Obesidade;
- Nefrologia;
- Neurologia;
- Oncologia;
- Pediatria;
- Pediatria/Adolescência;
- Pediatria/Neuropediatria;
- Pneumologia;
- Psiquiatria;
- Psiquiatria Adolescência;
- Psiquiatria Infantil;
- Reumatologia;
- Urologia.



Teletrabalho: refletir, corrigir e decidir

Será chegado o momento de limar arestas, afinar procedimentos e proceder a uma mudança de regime legal que favoreça, permita e incentive o teletrabalho

Quando, no último artigo “Assédio em contexto laboral: urge consciencializar”, escrevemos que iríamos assistir no futuro próximo a um processo de renovação e reinvenção da atividade bancária, estávamos longe de imaginar quanto próximo estava esse futuro e quanto profundamente afetada por esse processo seria toda a sociedade.

A pandemia que sorrateira e subitamente mudou o mundo, instalando um “novo normal”, apenas veio acelerar mudanças e alterações que se adivinhavam inevitáveis, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, tecnológico e onde o lucro assume um papel cada vez mais determinante nas decisões dos acionistas de qualquer empresa, onde a banca, naturalmente, se inclui.

Um dos conceitos que passou a fazer parte do léxico da generalidade dos trabalhadores foi o de teletrabalho, que passou, para muitos, a fazer

parte da nova realidade que paulatinamente se está a instalar e a alterar o nosso modo de vida.

Desde o telégrafo**

Conceito com origens tão remotas, quão antigas são as inovações tecnológicas que o possibilitaram e que, para não irmos mais atrás no tempo, podemos situar, simbolicamente, no momento da invenção do telégrafo, no final do séc. XVIII.

O teletrabalho ou trabalho remoto, comumente entendido como aquele que pode ser prestado em local físico distinto do da empresa, mediante o auxílio e o recurso a meios tecnológicos, chegou à legislação ocidental na sequência da crise petrolífera da década de 70 do séc. XX, numa tentativa de diminuir os custos e os encargos com a massa produtiva das empresas.

Esta modalidade laboral permite às empresas obter ganhos significativos na relação custo/ produtividade, e não é por acaso que as grandes empresas mundiais, as líderes no domínio da tecnologia, há muito que massificaram e implementaram em larga escala o teletrabalho.

Pese embora, em Portugal, a generalidade dos trabalhadores possa ter olhado, inicialmente, com entusiasmo para a obrigatoriedade do teletrabalho — que vigorou até ao final de maio, sempre que a natureza das funções o permitia, como

forma de conter a disseminação do Covid-19 —, a verdade é que, três meses volvidos, é preciso refletir, corrigir e decidir.

Vantagens & desvantagens

Efetuada os primeiros balanços, será chegado o momento de limar arestas, afinar procedimentos e proceder a uma mudança de regime legal que favoreça, permita e incentive o teletrabalho, respeitando, preservando e salvaguardando os direitos dos trabalhadores, em todas as suas vertentes.

Principais vantagens:

- O tempo e o dinheiro que se poupam na deslocação física para o local de trabalho;
- A flexibilização horária;
- A conciliação entre a vida familiar e profissional é, teoricamente, facilitada;
- O aumento da criatividade do trabalhador;
- A melhoria do ambiente e condições de trabalho;
- A diminuição do stress.

Principais desvantagens:

- Menor interação com outros trabalhadores, com todas as consequências relacionais e laborais daí advenientes;



- Despesas e encargos com o material, eletricidade, custos de comunicações e outros, quase sempre suportados pelo trabalhador.

Corrigir o regime atual

Como podemos facilmente perceber, é muito ténue a linha que distingue uma vantagem de uma desvantagem.

Se a flexibilização horária em vez de ser usada para permitir passar mais tempo com os filhos, for utilizada para ficar fora de horas a responder a solicitações da chefia, percebemos que a regulação, a definição de regras claras e a existência de um regime legal que impeça e sancione os abusos, é fundamental e decisiva.

No momento em que se inicia a discussão sobre a mudança do regime legal do teletrabalho, aqui se deixam algumas medidas que, se implementadas, no nosso entender, ajudariam a corrigir algumas das imperfeições e insuficiências do regime atual.

Medidas:

- Menor visibilidade do trabalho efetuado e maiores dificuldades em obter uma promoção;
- Aumento do risco de trabalhar muito além do limite horário, contratualmente estabelecido;
- Intromissão no espaço físico e temporal, até aqui exclusivamente reservado à família e à dimensão privada e pessoal do trabalhador;
- Aumento do risco de abusos nas exigências feitas aos trabalhadores por parte da entidade patronal, sobretudo fora do horário normal de trabalho;
- Aumento dos riscos associados a perturbações ao nível da saúde mental;
- Proibição absoluta de qualquer tipo de discriminação ou de diminuição de direitos dos trabalhadores em teletrabalho relativamente aos que prestam funções presenciais, nomeadamente quanto a remunerações ou subsídios;
- Aumentar de 3 para 6 anos o limite de idade dos filhos dos trabalhadores, previsto no art.166.º n.º 3 do Código do Trabalho, permitindo que, pelo menos, um dos progenitores possa estar em teletrabalho, sempre que a função o permita, sem que a entidade patronal se possa opor, desde que o requeira;

- Necessidade de incrementar o cumprimento dos níveis de formação a cargo da empresa, com periodicidade regular;
- Garantir que os trabalhadores em teletrabalho gozam de acompanhamento e apoio médico psicológico regular;
- Garantias de que a empresa proporciona as mesmas condições de trabalho tanto aos trabalhadores presenciais como aos que estão em teletrabalho, nomeadamente fornecendo cadeiras ergonómicas, suportes para pés, almofadas para punhos, ratos ergonómicos, suportes para monitores e portáteis, fundamentais para prevenir doenças profissionais;
- Criação de mecanismos de controlo que visem prevenir e impedir os abusos, nomeadamente relacionados com o limite de horas de trabalho;
- Obrigatoriedade de os meios de trabalho serem adquiridos, suportados e mantidos pelo empregador;
- Criação de um subsídio, exclusivo para o teletrabalho, como forma de garantir que todas as despesas e custos associados a esta modalidade de prestação de trabalho são assumidas e pagas pelo empregador.

Contratação coletiva

É, pois, neste contexto de mudança de paradigma no mundo laboral que o papel dos parceiros sociais assume principal destaque e importância. Numa fase em que Portugal e o mundo se preparam para um novo tempo, será decisiva e determinante a capacidade do legislador em saber ouvir e acolher as propostas dos sindicatos e demais agentes envolvidos que, estou certo, darão a conhecer as recomendações neste domínio no momento e lugar próprio.

No domínio da contratação coletiva, a responsabilidade não é menor e a capacidade dos sindicatos em apresentar propostas inovadoras, estruturadas e bem fundamentadas deve encontrar do lado dos empregadores e seus representantes a disponibilidade, empenho e firme compromisso em melhorar e garantir o bem-estar e os direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que procura aumentar e melhorar a eficiência e o desempenho dos mesmos.

Só com amplos consensos e inequívoca vontade e compromisso dos envolvidos neste processo será possível ultrapassar a crise que já chegou e perspetivar, com otimismo, o futuro próximo. Assim saibam, todos, estar à altura das suas responsabilidades. ■

**Advogado do Mais Sindicato*

***Subtítulos da responsabilidade da Redação*





De volta às artes

Os tradicionais cursos de valorização artística e pessoal do GRAM começam o novo ciclo a 1 de outubro. Basta escolher entre tantas opções interessantes... e inscrever-se

O GRAM planeia retomar os cursos de valorização artística e pessoal, se as condições de saúde pública assim o permitirem e cumprindo todas as normas de segurança para evitar qualquer contágio.

O início do ano letivo está agendado para dia 1 de outubro, como é habitual, desafiando sócios e seus familiares a descobrirem um novo talento artístico ou, àqueles que já frequentam os cursos, a desenvolverem o seu dom.

A duração das aulas em praticamente todos os cursos é de duas horas e continuam a realizar-se uma vez por semana. Em alguns casos há também horário pós-laboral. (ver quadro).

Neste novo ano letivo os preços mantêm-se: o custo de inscrição é de 5 euros para sócios e de 10 euros para familiares. Quem pretenda participar em mais do que um curso só paga o custo de uma inscrição.

Já o valor das mensalidades cifra-se nos 33 euros para sócios, cônjuges e filhos, e nos 36 euros para outros familiares. ■

Calendário 2020/2021

Curso	Professor	Dias e Horário
Desenho	Marta Silva	Quinta-feira das 10h00 às 12h00
Encadernação	Paula Pires	Terça-feira das 10h30 às 12h30; 13h30 às 15h30; 15h45 às 17h45 Quarta-feira das 17h30 às 19h30 (Só para alunos pós-laboral)
Fusing com Prata - Gravação em Vidro	Vítor Cravo	Quarta-feira das 10h30 às 12h30; 15h00 às 17h00; 17h30 às 19h30
Iniciação ao Restauro e Conservação de Madeira	Fátima Simoa	Segunda-feira das 11h00 às 13h00; 15h00 às 17h00; 17h30 às 19h30
Pintura em Aquarela, Acrílico e Outros	Esmeralda	Segunda e quarta-feira das 14h30 às 16h30
Pintura em Seda Pintura em Porcelana / Companhia das Índias	M. ^a Graça Cravo	Quarta-feira das 10h30 às 12h30; 15h00 às 17h00; 17h30 às 19h30
Registos	Fátima Simoa	Quinta-feira das 11h00 às 13h00; 15h00 às 17h00; 17h30 às 19h30
Restauro de Livros (Com conhecimento de encadernação)	Paula Pires	Terça-feira das 10h30 às 12h30 Quarta-feira das 17h30 às 19h30 (Só para alunos pós-laboral)
Restauro de Louça	Conceição Pereira	Segunda e terça-feira das 11h00 às 13h00; 15h00 às 17h00; 17h30 às 19h30
Técnicas de Pintura (Aquarela, Pastel Óleo e Seco, Óleo e Tinta China)	Ângela Dias	Terça-feira das 11h00 às 13h00; 14h30 às 16h30; 17h30 às 19h30
Vitral (Método Tiffany)	Vítor Cravo	Quarta-feira das 10h30 às 12h30; 15h00 às 17h00 17h30 às 19h30

Lar comemorou mais um aniversário...



Vinte e sete anos depois da inauguração, a unidade continua a ser uma referência de boas práticas na área do envelhecimento e da oferta de cuidados, um reconhecimento que ganhou especial relevo nos tempos difíceis que atravessamos

O Lar de Idosos do SBSI, em Brejos de Azeitão, abriu portas no dia 27 de maio de 1993 com o objetivo de proporcionar os melhores cuidados aos bancários com mais de 65 anos. Tornando-se uma referência ímpar no setor ao longo destes anos, não é de estranhar que tenha respondido da melhor forma aos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, facto que mereceu os elogios do Conselho de Gerência do SAMS, que fez questão de deixar uma mensagem aos residentes e trabalhadores e que transcrevemos na íntegra.

“Neste tempo que não é o nosso tempo, mas é tempo de celebrarmos de forma algo “anormal” a passagem de mais um aniversário do nosso Lar.

Neste tempo de confinamento e quarentena, não vamos poder estar juntos no tradicional almoço, onde estaríamos reunidos, residentes, trabalhadores e Conselho de Gerência.

E como em primeiro lugar está a saúde de todos nós, vamos celebrar com a lembrança dos almoços já realizados e com a expectativa de que tudo volte novamente à normalidade para, em conjunto, embora fora de tempo, comemorarmos o 27.º aniversário.

Tal como vós, também nós não nos esquecemos desta data, e como tem de ser assim, o Conselho de Gerência do SAMS deseja à distância um feliz aniversário ao nosso Lar, deixando desde já a certeza de que quando tudo estiver normal, iremos comemorar juntos mais este aniversário.

Neste tempo tão atípico, não queremos deixar de enviar uma saudação especial a todos e a todas que durante os últimos meses se empenharam para que o nosso Lar mantivesse todos os residentes com a “normalidade” possível, mantendo o reconhecimento público na referência de boas práticas na área do envelhecimento.

A todos e a todas que diariamente contribuem para o bem-estar dos nossos residentes e também para estes, um feliz dia de aniversário, dentro dos condicionamentos em vigor”. ■

Conselho de Gerência do SAMS

...e celebrou o Carnaval com muita folia



O Lar comemorou o Dia de Carnaval a 24 de fevereiro, com o contributo musical do Grupo de Cantares Populares Castelo de Sesimbra, sob a orientação de Beta Pereira.

Os residentes tiveram oportunidade de recordar outros tempos, aproveitando a música para passarem uma tarde diferente que contou ainda com um desfile de máscaras feitas na Terapia Ocupacional.

Esta não foi a primeira festa do mês, uma vez que no dia 14, o Grupo de Cantares de Évora abriu-lhantou a comemoração do Dia dos Namorados. ■



Pensões: cuidar do presente,

Entre o lado da barricada que defende a consolidação das contas e o outro lado que clama por maior justiça social existe um fosso que pode colocar em causa o futuro das pensões. As políticas de empregabilidade atuais afetam diretamente a reforma das pensões, pelo que é necessário fornecer boas condições de vida aos trabalhadores ativos como caminho essencial para a sustentabilidade das pensões atuais e futuras. Esta é a opinião de Anton Hemerijck e Robin Huguenot-Noel*, cujo artigo conjunto “O Bancário” publica

Qualquer “transição justa” digna desse nome deve formar um círculo em três dimensões: produção efetiva, redistribuição justa e viabilidade política.

O quebra-cabeças mais eficaz passa por encontrar a tecnologia mais relevante para a transição. A energia verde será baseada em energia solar ou eólica? A energia nuclear deve ser incluída? E qualquer transição implica vencedores e vencidos, o que levanta questões de redistribuição. O erário público deve subsidiar habitações isoladas ou isentar os carros elétricos do imposto de circulação? A alocação de custos e rendimentos também tem uma vertente temporal — o ritmo de retirar tecnologias antigas enquanto se alimentam as novas.

A política de uma transição justa é essencialmente a construção de consensos nestas dimensões. A política climática é, portanto, cada vez mais enquadrada como uma estratégia de investimento. O Acordo Verde Europeu, adotado pela Comissão Europeia em 14 de janeiro, envolve um Fundo de Transição Justa para ajudar as regiões de carvão a eliminarem as energias poluentes. Uma oferta intertemporal por excelência — prometendo que os custos a curto prazo sejam compensados pelo retorno de investimento a longo prazo, em vez de permitirem a destruição total do capital humano e social.

Lição salutar**

Enquanto a construção de consensos intertemporais está rapidamente a tornar-se no *modus operandi* da política climática, é dada uma lição salutar de como essa lógica pode desmoronar-se quando se trata da reforma das pensões, como acontece atualmente em França. A busca por soluções produtivas é facilmente superada pelo conflito distributivo entre o governo, que clama por ‘consolidação fiscal’, e os oponentes, que defendem a ‘proteção social’ aqui e agora.

Um dos feitos mais bem-sucedidos da engenharia social de meados do século XX, a inovação das pen-



estava em perigo. Hoje em dia, o envelhecimento da população reduz o emprego e a produtividade, enquanto a “estagnação secular” a taxas de juro reais baixas torna difícil para os grandes fundos de pensões garantirem uma velhice tranquila.

O raciocínio de uma perspetiva de eficiência estatística de soma zero, fechando o iminente “fosso das pensões” leva os governos a contraírem dívidas mais elevadas ou a reformular os parâmetros das pensões: aumentar as contribuições, aumentar a idade da reforma, reduzir os benefícios. Isto incendeia o protesto em massa.

Perspetiva intertemporal

Para seguir uma lógica de transição justa, a reforma das pensões deve abordar questões produtivas e distributivas a partir de uma perspetiva intertemporal.

Primeiro, é necessário aumentar a aposta no bem-estar como fator produtivo. Considerou-se que a provisão keynesiana-beveridgiana mal afetava a capacidade da economia — na melhor das hipóteses, a Segurança Social estabilizaria a procura agregada ao longo do ciclo. Na crítica neoclássica, alegava-se que a proteção social distorcia o lado da oferta através do risco moral, resultando em desemprego auto-exacerbado.

ça parental remunerada, relações de trabalho e horários flexíveis, reformas flexíveis e cuidados prolongados.

Tais políticas sociais de desenvolvimento de capacidades evocam um “multiplicador do ciclo de vida”. O ciclo inicia-se com investimentos iniciais em crianças, que podem traduzir-se em melhores níveis de escolaridade e, a médio prazo, em empregos mais qualificados e produtivos. Este último, por sua vez, implica uma maior base tributária para sustentar compromissos gerais de bem-estar, como as pensões.

Ver a situação da reforma em termos de um problema produtivo a ser gerido de maneira intertemporal, envolvendo todas as faixas etárias, exige uma união mais inclusiva para apoiar uma transição social verdadeiramente paradigmática.

Garantir a conformidade política exige, portanto, a construção de mecanismos dinâmicos de governação, capazes de ajustar as políticas num processo de aprendizagem social, com um forte compromisso com o bem-estar justo e sustentável, desde os jovens aos mais velhos — a base do sucesso do Modelo Social Europeu e de uma versão futura mais ecológica.

Lições a reter

É possível tirar lições das experiências de reforma das pensões na Finlândia e na Holanda — também

assegurar o futuro

sões após a Segunda Guerra Mundial, seguiu inconfundivelmente no seu tempo uma lógica de “transição justa” em termos individuais. Essencialmente, foi alcançado um consenso político para subtrair parte do rendimento da população em idade ativa para financiar as pensões dos que se reformaram.

O modelo permitiu que os custos de curto prazo dos trabalhadores fossem convertidos em benefícios a longo prazo para os reformados, na expectativa de que os trabalhadores atuais fossem tratados da mesma forma quando atingissem a idade da reforma. Erradicar efetivamente a pobreza na velhice foi altamente eficaz entre as décadas de 1950 e 1980, à medida que a população trabalhadora crescia em tamanho e aumentava a produtividade através de melhor educação para a geração do baby boom.

Sustentabilidade

No entanto, já antes da ofensiva da crise financeira global, a sustentabilidade das pensões na Europa

Hoje, as provas corroboram a afirmação de que a qualidade da política social moderna afeta positivamente a oferta de longo prazo, especialmente no que diz respeito ao emprego e à produtividade, e indiretamente a procura. O número (quantidade) e a produtividade (qualidade) dos atuais e futuros trabalhadores e contribuintes são centrais para a sustentabilidade financeira do Estado Social.

Assim, na medida em que o bem-estar numa economia do conhecimento é voltado para maximizar a empregabilidade e a produtividade, isto reforça a sustentabilidade do Estado Social, nomeadamente das pensões nas sociedades em envelhecimento.

Investimento

Isso requer um âmbito multidimensional de intervenções políticas ao longo da vida, desde a educação e cuidados infantis, até à educação e formação contínuas, políticas ativas do mercado de trabalho e acordos de equilíbrio entre vida profissional e familiar, como licen-

aplicáveis à transição ecológica. A primeira é que o sequenciamento de reformas é importante.

As pensões estão intimamente ligadas ao mercado de trabalho.

O sucesso das políticas laborais facilita a reforma das pensões: os trabalhadores que veem as condições do mercado de trabalho melhorarem são mais propensos a apoiar reformas do que os que experimentam crescimento sem emprego.

Há provas de que os governos que já adotaram políticas familiares e laborais para facilitar as transições ao longo da vida acham mais fácil colocar a reforma das pensões na agenda política como parte de uma ‘transição justa’ inclusiva e de longo prazo.

A Finlândia é um bom exemplo. Nos anos 90, como o governo desejava manter os trabalhadores mais velhos, foram desenvolvidas várias abordagens políticas, que se concentraram primeiro em melhorar a saúde ocupacional, a capacidade de trabalho e o bem-estar dos trabalhadores mais velhos. ▶

► Colhendo os frutos desse investimento, a Finlândia conseguiu seguir o exemplo no início dos anos 2000, dando aos trabalhadores a possibilidade de receberem pensões maiores do que anteriormente, tendo em conta o género. Isto permitiu ao governo adiar a idade da reforma, reduzindo assim a necessidade de maiores contribuições sem afetar o bem-estar dos idosos.

Do caso holandês...

A lição holandesa é sobre reunir consensos sobre as reformas, além do partido do governo, para incluir a oposição construtiva e os parceiros sociais.

Em 2012, o governo holandês tentou aumentar a idade da reforma de 65 para 67 anos. A reforma das pensões dividiu profundamente os sindicatos holandeses e congelou o progresso das reformas em muitas outras dimensões.

Durante o longo mandato da coligação de centro-esquerda de Mark Rutte, os parceiros sociais foram trazidos de volta à mesa de negociações. Por fim, os sindicatos conseguiram fazer alterações críticas, nomeadamente tratamento especial para o trabalho físico árduo, bem como incentivos ao desenvolvimento de capacidades para prolongar a carreira profissional. Em junho de 2019 foi finalmente concluído um acordo completo sobre as pensões entre a administração seguinte de centro-direita e os parceiros sociais, após um referendo dos membros dos sindicatos.

A principal lição do momento construtivo, moroso e nem sempre fácil da reforma das pensões holandesa e finlandesa, é que o sucesso é mais provável quando é parte integrante de uma agenda produtiva de bem-estar social e orientada para o futuro.



Em ambos os casos, a questão da sustentabilidade dos compromissos com as pensões não se reduziu a uma questão política isolada de “trabalhador mais velho”, mas tornou-se parte de uma estratégia de reforma mais abrangente para desenvolver um verdadeiro estado de investimento social, do qual se retirariam recompensas futuras.

O governo e os parceiros sociais permitiram-se refinar ideias produtivas para soluções distributivas sustentáveis e justas por meio de um processo de solução conjunta de problemas, que por sua vez fortaleceu a confiança mútua no esforço primordial.

...ao caso francês

Quanto à França, numa perspectiva intertemporal, o governo não conseguiu ou não quis alargar a pers-

petiva da sustentabilidade orçamental das pensões em direção a um esforço de longo prazo de ‘economizar pensões investindo em crianças e famílias jovens’, cujas perspectivas de emprego e produtividade compõem essencialmente a capacidade de suporte das futuras pensões.

O presidente Emmanuel Macron fez o jogo dos sindicatos mais conservadores de França, aprofundando a armadilha da decisão distributiva, que certamente resultará em concessões mútuas aqui e agora, que certamente prejudicarão ainda mais a capacidade dos grupos mais jovens suportarem as pensões no futuro.

Meses depois dos ‘coletes amarelos’ mobilizarem-se contra a injustiça da transição ecológica de Macron, um horizonte mais abrangente de investimento social poderia ter inspirado um consenso mais inclusivo e uma coligação mais forte da reforma das pensões, isolando assim os sindicatos mais egoístas, que simplesmente se recusam a pensar a longo prazo. ■

**Anton Hemerijck é professor de Ciência Política e Sociologia no Instituto Universitário Europeu, com pesquisas e publicações sobre política social, investimento social e estado social, sendo consultor da Comissão Europeia.*

Robin Huguenot-Noel é consultor de gestão financeira na Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Anteriormente, trabalhou como consultor em política tributária e de investimentos para o Tesouro do Reino Unido, a Comissão Europeia e o Centro de Política Europeia.

*** Subtítulos da responsabilidade da redação*



A armadilha do (de)semprego

As alterações na organização do trabalho que se verificam desde 2008 devem ser analisadas com muito cuidado, pois poderão pôr em causa as pensões de reforma de uma larga faixa da população.

Com a progressiva digitalização da economia (e não só), muitos postos de trabalho serão extintos, deixando milhares de trabalhadores sem emprego, se não forem criadas novas atividades.

O período de contenção atual, com muitos profissionais em regime de teletrabalho, veio demonstrar como o mercado de trabalho se retraiu, deixando bloqueadas diversas atividades que antes serviam de suporte. Sublinhe-se, por exemplo, que quando um trabalhador fica em casa em regime de teletrabalho já não almoça no restaurante diariamente, bem como não utiliza a viatura privada ou os transportes públicos. Eventualmente, não comprará o mesmo número de peças de vestuário ou utilizará com a mesma frequência o serviço de lavandaria. E continuará a contratar alguém para se ocupar da limpeza da casa?

E com a digitalização da banca, o setor necessitará do mesmo número de trabalhadores?

Se não forem criadas outras atividades e novas formas de organização do trabalho, é previsível que o valor das pensões de reforma desça de forma brutal, bem como o acesso a elas.

Esta é uma preocupação do Mais Sindicato, que ao tema tem dedicado profunda análise.

Brevemente “O Bancário” voltará a esta matéria.

Futsal

Team Foot campeã de veteranos



Goleada

O resultado da final começou a ser construído na primeira parte. Entrada muito forte da Team Foot, com o primeiro golo a chegar por intermédio de Rogério Gomes, aos 5'. Três minutos depois, o capitão João Rebocho elevou a contagem para 2-0.

Apesar da reação da Fapoc Vet, Hugo Valentim também fez o gosto ao pé, à passagem do minuto 10. Aos 17, João Rebocho bisou e fez o 4-0, resultado com que se chegou ao intervalo. Apesar da vantagem confortável e sendo que falamos de futsal, nem Team Foot se encostou ao resultado nem a Fapoc Vet se deu por vencida. No entanto, o melhor que conseguiram fazer por reduzir no marcador por intermédio de Filipe Figueiredo, em cima do apito final.

A Team Foot sagrou-se assim campeã de futsal na vertente de veteranos.

A distribuição dos troféus e o almoço decorreram no Centro de Férias, em grande ambiente de confraternização e espírito de camaradagem. ■

A equipa alicerçou o título numa primeira parte demolidora diante da Fapoc Vet. GD Santander Totta e Agriteam também ficaram pelo caminho

A final do 20.º Torneio Interbancário de Futsal Veteranos teve lugar no Pavilhão do Centro de Férias do Mais Sindicato, em Ferreira do Zêzere, entre os dias 6 e 8 de março, antes da suspensão de atividades devido à pandemia de Covid-19.

A final-four contou com as equipas da Team Foot, GD Santander Totta, Agriteam e Fapoc Vet.

O sorteio das meias-finais ditou que a Team Foot defrontasse o GD Santander Totta e a Agriteam medisse forças com a Fapoc Vet.

em cima do minuto 8 da primeira parte. Apesar do maior risco por parte da Agriteam e emoção até ao final, o resultado não mais se alterou. A Fapoc Vet marcava assim encontro com a Team Foot para o dia seguinte.

Equilíbrio

Grande partida de futsal a que opôs Team Foot e GD Santander Totta, com o vencedor a ser conhecido apenas após prolongamento.

No tempo regulamentar, depois de uma primeira parte bastante equilibrada, o primeiro golo chegou ao quarto minuto da etapa complementar, com Jorge Santos a adiantar o GD Santander Totta.

Aos 11 chegou o empate para a Team Foot, num lance infeliz de Alexandre Ribeiro, que marcou na própria baliza.

Já no prolongamento, Rui Morgado marcou o golo que carimbou o passaporte da Team Foot para a final.

Tento solitário

Também a segunda meia-final foi bem dividida. Com oportunidades tanto para Agriteam como para Fapoc Vet, valeu o golo de Paulo Lima,



King

Caetano Moço é líder

A terceira jornada do 14.º Campeonato Interbancário de King teve lugar no dia 15 de fevereiro, na sede do Sindicato, em Lisboa. O vencedor da ronda foi Manuel Duarte (BBPI), com 1095 pontos king e 16 convertidos seguido de Abel Louro (Millennium bcp), com 635 pontos king e 15 reais e António Vieira (Novo Banco), com 400 pontos king convertidos para 15 reais. Na frente da classificação geral permanece Caetano Moço (Unicre), com um total de 2050 pontos king e 44 reais. No encalço segue António Vieira, com 800 pontos king e 43 pontos reais. A fechar o pódio surge António Rafael (Santander Totta), com 760 pontos king e 41 reais.

Devido à pandemia de Covid-19 e na sequência do plano de contingência elaborado pelo SBSI, todas as provas desportivas encontram-se suspensas. ■

Classificados

Vende-se

Vendo – Coleções de livros, todas novas: “As Maravilhas Artísticas do Mundo”, de Ferreira de Castro, de 1959-1963 (2 volumes); “História de Portugal”, de José Hermano Saraiva – Coleção Alfa (6 volumes) e Anos 1245 a 1640 a atualidade (2 volumes); “Vida Soviética – 1975 a 1990” (16 volumes); “Coleção Cinema” (7 volumes). Telm: 918 868 793 / 265 711 085

Vendo – Carrinha Mazda 6 SW 2.0 Diesel Sport – Dez./2008 Preta 5p. 164.000Km/estrada. Muito bem equipada de origem. 4 Pneus novos. Preço: 10.500€, negociável. BMW Serie1-1.6 Diesel Efficient Dynamics – jul./2013 Azul 3p. Coupé 61.000 Km/estrada. Em excelente estado de conservação. Preço: 15.500€, negociável Telm: 964048217

Vendo – Fechadura quase nova, com um ano e fatura (Chaves do Areiro). Com tranca e duas voltas e quatro chaves. Metade do preço. Telm: 918413694

Vendo – Honda Jazz 1.3 Vet Confort+GPS 18 meses – 26000 Kms – Cinzento metalizado. Dentro da garantia – Particular/Garagem. Com extras. Bom Preço. Telm: 966042442

Vendo – Faqueiro de 131 peças com estojo – silver plated cutlery Luis XV – EN III. Estado impecável, sem uso. Preço: 400€. Telm: 936438355

Vendo – Barco Chaparral Signature 24 (1996). Motor Volvo Penta Gasolina 235Hp. Equipado, ótimo estado. Contacto: sonia.s.marques@sapo.pt

Aluga-se

Madeira – casa para férias, a bom preço, a 8 minutos do centro da cidade, com vista deslumbrante sobre o Funchal e arredores. Telm: 967982743

TEMPOS LIVRES

PEDRO GABRIEL



Nos passos de Cristóvão Colombo

O passeio organizado pela Secção Sindical de Reformados levou um grupo de sócios numa incursão pela história do navegador italiano

No segundo dia, o grupo visitou a cidade de Huelva. Com a preciosa ajuda de uma guia local, os participantes ficaram a conhecer a Catedral de La Merced, o Monumento à Fé Descubridora e a Isla del Encuentro. Destaque ainda para a visita ao Mosteiro de Santa Maria de La Rábida.

Felicidade

Já no primeiro dia de março, o grupo partiu em direção ao Complexo Mineiro de Rio Tinto. Novamente contando com a colaboração de guias locais especializados, os sócios visitaram o complexo em quatro partes: Museo Minero, La Peña de Hierro, Ferrocarril Minero e La Casa 21. De regresso a Huelva, ainda houve tempo para passear pela cidade antes do jantar e do merecido descanso.

O quarto e último dia marcou o regresso a Portugal com o primeiro ponto de paragem a acontecer novamente de Serpa. Aqui, o grupo visitou os principais lugares históricos da vila raiana, bem com uma queijaria.

O grupo regressou então a Lisboa, cansado mas feliz por mais uma viagem de sucesso. ■

A visita, que se realizou entre os dias 28 de fevereiro e 2 de março, teve partida do Centro Clínico do SAMS e a primeira paragem a acontecer nas Vendas Novas para o grupo tomar o pequeno-almoço.

Depois de retemperadas as forças, os sócios viajaram até à Cuba alentejana para um primeiro contacto com a vida do navegador. O Centro Interpretativo de Cristóvão Colombo é um espaço de descoberta que convida e incentiva os seus visitantes a descobrirem, através de palavras e imagens, quem era na realidade o famoso descobridor, crendo-se que seria português e com ligações a Cuba do Alentejo.

A parte da tarde ficou reservada para uma visita ao Museu do Relógio de Serpa, antes da chegada a Huelva, onde decorreu o jantar.

Vantagens aos sócios

O Sindicato acaba de celebrar vários protocolos que garantem aos associados e seus familiares, e beneficiários do SAMS, condições mais favoráveis:



Bikeland, com sede na Cascalheira, Quarteira, na Estrada Nacional 125 – 254ª, concede 10% de desconto em todos os produtos em loja e 20% de desconto na mão-de-obra (manutenção). Não acumulável com outras promoções em vigor.



On Travel Solutions, SA, com sede no Algarve, na Cruz da Bota, Lote 4, R/C A – Estrada do Alvor concede 10% de desconto em todos os serviços de acomodação incluídos nos preços e 15% de desconto em todas as atividades de lazer como excursões, parques aquáticos, barcos, jeeps, rent-a-car, transferes, entre outros, incluídos nos preços.



Creche Salpicos de Alegria, com sede em Lisboa, na Rua Embaixador Martins Janeira, 9ª –

Quinta do Lambert, concede 15% de desconto na mensalidade base e 20% de desconto na mensalidade base do 2.º filho.



Ricardo Alves Morais Unipessoal, Lda., com sede em Cascais, na Rua Ferreira de Andrade, n.º 60, concede descontos nas mensalidades de Berçário, Creche e Jardim de Infância, nos Pro-longamentos (diários e mensais), em Material de Desgaste (outubro, janeiro e abril) e nos alugueres de batas escolares, t-shirts e lençóis.



Segurança na escolha.

Compromisso

no nosso serviço.



Plano Funeral em Vida

Simples

Vai ao encontro da sua vontade e não depende de terceiros.

Flexível

Permite várias formas de pagamento e em qualquer momento pode alterar os serviços que contratou.

Vantajoso

Protege os seus familiares de encargos no momento difícil e pode ser subscrito em qualquer idade.

Seguro

Garantimos a execução do plano que escolheu com o Cartão Contrato.

A partir de **1795€***

Planear faz parte da vida.

Liberte a sua família de qualquer encargo ou preocupação.

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA SÓCIOS DO SBSI E FAMILIARES

Na subscrição do Plano Funeral em Vida ou na contratação de um serviço funerário.

servilusa.pt
800 204 222

 **Servilusa**
AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

* Preço inclui desconto para sócios do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.



A imaginação é o limite

Os associados do SBSI têm nesta página oportunidade de publicar poemas, pequenos contos e desenhos da sua autoria. A seleção das obras enviadas rege-se por critérios editoriais. Os textos para publicação não podem exceder os dois mil caracteres

Deixem os velhos em paz

Somos os velhos deste país, nascidos durante ou no pós-guerra, fugidos para a cidade da vida de miséria no campo, protegida pela ditadura, onde foi vivida toda a nossa mocidade, em trabalho duro e sem horário, dormindo em pensões ou águas-furtadas. Não havia tempo nem estruturas para horas de entretenimento e as nossas brincadeiras limitavam-se ao jogo da bola, feita de papel ou de trapos com as meias de nylon das senhoras, mas sempre atentos não fosse polícia aparecer e levar-nos para a esquadra.

Somos os velhos que lutaram contra a ditadura, pela liberdade, por melhores condições de vida; que emigraram a solto para países desconhecidos oferecendo-lhes a força dos seus braços e entendendo-se por gestos ou linguagem campônia porque muitos nem a instrução primária haviam concluído; somos os velhos que combate-

ram em África numa guerra colonial sem sentido e que deixou milhares de jovens com traumas para toda a vida; somos aqueles que ousaram sair para a rua numa madrugada de Abril e conquistar a Liberdade para os filhos e netos que haveriam de nascer.

Somos os velhos deste país que querem isolar, tornar a solidão mais solidão, para além daquela que muitos já sentem isolados, no corpo e em espírito, sem beijos e abraços de carinho e amor ou até de palavras de ânimo, de esperança ou de conforto.

Querem tratar-nos como trapos num conceito perverso e egoísta que sempre rejeitámos para os nossos antepassados; a eles dizíamos, num gesto de ternura e de afeto: Velhos são os trapos!

Chamem-nos velhos, idosos, seniores ou de terceira idade; abandonem-nos nos hospitais;

deixem-nos confinados à nossa solidão em asilos, lares, hospícios ou casas na província, instalem-nos defronte de uma qualquer televisão; deixem-nos viver, num silêncio pungente e dramático, de recordações do passado; das revistas musicais nos teatros do Parque Mayer, com Eugénio Salvador e Camilo de Oliveira; dos fados da Amália e do Alfredo Marceneiro; das canções da Simone e do António Calvário; das saudosas sessões de teatro com a Palmira Bastos e, como ela, talvez também possamos dizer: As árvores morrem de pé!

Deixem os velhos viver o resto dos seus dias em paz! Afinal, o fim da sua estrada é já ali e não podem voltar atrás, sem despedidas!

José Manuel Alves Ferreira
Sócio N.º 10402

O Olhar

Pela transparência do ar, vejo o teu olhar
No fundo, os olhos estão sempre a navegar
À procura de um coração, que possam amar
As janelas do corpo são o melhor sensorio
Para encontrar quem quer admirar

Um olhar pode ser a confirmação
De que encontraram com quem voar
Os olhos não mentem
Se a sua mensagem foi atraente
A Lua não ficou indiferente

Nos olhos se lê a vida da mente
Não fechem os olhos
Para não verem o que é diferente
Os olhos são quem melhor penetra o coração
Os olhos não separam peitos em oração
Os corações são sensíveis à emoção
Os olhos amam com toda a convicção.

*José Silva costa
Sócio n.º 17296*

O mar e a areia

Há muito que se deleitam
Vestem-se de madrugada
Mais o sol que os rodeia

Quero ser um desses grãos
Que apertas em tuas mãos
Mesmo que me aches feia
De amor sou feita
Não fosse lua cheia

Preciso de te encontrar
Mais do que o Luar
Ilumina minhas noites
Quando o Luar se ausentar.

Doce vida irei deixar
Um dia, quando parar
Continuarei a viver
Dentro do teu peito
Conseguirei respirar

É então que o luar
Constará com o mar
Para o nosso Amor espelhar
E na areia se deitar.

*Margarida Dias Silva
Sócia n.º 30916*

Perdido e sem norte

Pus-me a chorar, junto às margens do rio
Gritei ao Sol para me vir aquecer.
Tinha o corpo inerte, gelado e frio
Escondi-me na noite escura, a treme

Chamei as pombas brancas, pelo seu nome,
E vieram a mim, descendo do céu.
Mas, esta tristeza que me consome
Mora em mim, vive cá dentro, em mim nasceu!

Gritei aos montes, o eco se fez 'scutar
Entre vales, colinas e penedos.
Perdi-me nas estrelas, por tanto olhar

Andei pelas serras, ao sabor do vento,
Em noites cheias de sombras e medos.
Clamei Jesus, e ouvi Seu chamamento!

*Carlos Barata Garcia
Sócio N.º 7066*

Ser mulher!

Somos especiais, maravilhosas e grandes
Batalhamos muito sempre sorridentes
Pois sabemos que isso nos faz fortes
E não o conseguimos fazendo cortes

Sorrir desmesuradamente
Amar enormemente
Abraçar estreitamente
É tudo o que nos deve passar pela mente

Fazemos acontecer e prevemos
Alguns abreviamentos
Que só trazem lamentos
Por isso vamos lá aos incrementos ...

Mais vontade e ação
Trazem muita satisfação
Mais movimento e diversão
Convívio, partilha e distração!

Pois somos mulheres trabalhadoras
Responsáveis, bilaterais, criadoras
Profissionais, inspiradoras e protetoras
Mães dos nossos e dos outros e acalentadoras!

Sem comparação fazemos e acontecemos
As nossas batalhas lutamos
Olhar pelos olhos dos outros sabemos
E mestras, maestras e estrelas... somos!

*Carla Fernandes
Sócia n.º 60502*

Debaixo da oliveira

Lugar idílico e aprazível,
Sobre a relva bem tratada,
Num delírio indizível,
Encontrei a minha amada.
Debaixo daquela oliveira,
Ocupámos a terra inteira.

Sinal da paz, ali plantada,
Frondosa, bela e viçosa,
Ali ao lado da estrada,
De todas a mais formosa.
Debaixo daquela oliveira,
O paraíso à nossa beira!

Tantas carícias trocámos,
Tantos enlevos de embalar,
Tantas vezes nos abraçámos
Alegres e felizes a delirar!
Debaixo daquela oliveira,
Foste a minha padroeira!

Memórias simples, a reviver
Ilusões e desacertos da vida,
Doçuras e amargos do ser
Tudo sem conta nem medida.
Debaixo daquela oliveira,
Sonhámos à nossa maneira!

Presos em puro sentimento,
Livres de qualquer labéu,
Alados ao sabor do vento,
Aproximámo-nos do céu.
Debaixo daquela oliveira,
Nossa fantasia primeira!

Fruto do momento ilusório
Ouço, repentino, um trovão,
Fui lançado no purgatório
Por um travar de camião.
Debaixo daquela oliveira,
Senti os espinhos da roseira!

Acordar brusco e traiçoeiro,
Senti-me confuso de repente,
Mas, num reflexo primeiro,
Fiquei desiludido e contente.
Debaixo daquela oliveira,
Senti o calor frio da lareira.

Entre o sonho e a realidade,
Qual distância os separa?
Tomei o sonho como verdade,
Pois amei como nunca amara.

Debaixo daquela oliveira,
Minha felicidade derradeira!...

*Pires da Costa
Sócio N.º 10395*



Literatura

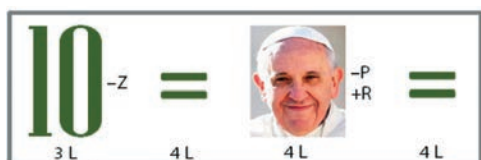
Preencha as casas em branco com as 24 sílabas da grelha inferior, de forma a descobrir 6 obras de Lídia Jorge.

A		TA		MUR		RI
	O		A		PRO	
GI		O		LE		PAI
	O		TO		SO	
AN		NAS		AS.		ÚL
	MA		NA.		NOI	
DAS		LHE		CAN		RAS.
A	COS	VA	VEM	DOS		
MU	TE	AS	DI	TI	RES	OS.
TO	DÍ	DO	UM	DOS	BI	DA
DO	XÃO.	A	GRU	OS.		

A sortear: **Prémio Porto Editora**

Enigma Figurado

(Provérbio)



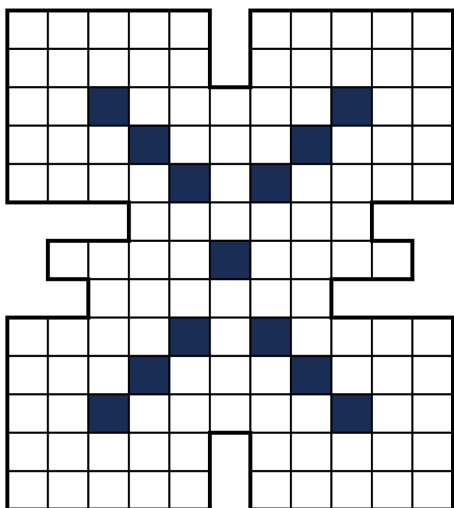
Maria Adriana, Funchal

A sortear: **Prémio SBSI**

Cruzadas-Mistas

Insira os 58 grupos a seguir indicados. No final, ler-se-á um provérbio. Indique-o.

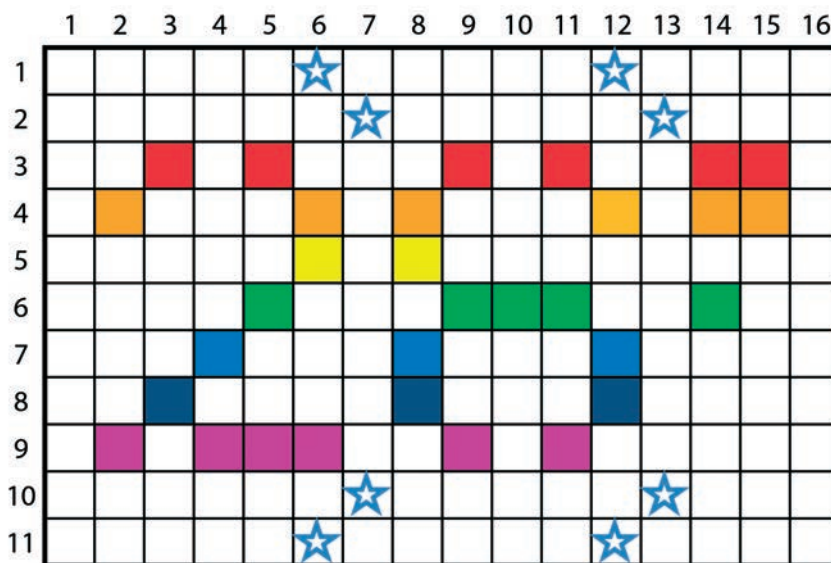
• 15, 27, 37, 43, 56, 69, 71, 83, **A7**, **L2**. • **109**, **29S**, 328, 416, 548, 571, 663, 729, **7S1**, 886, 998, **N56**. • **1A63**, 2616, 26U8, 32M7, 3579, 4719, 52A8, 59T2, 6194, 6319, 6532, 76R3, 9567, **D1S4**. • 29M79, 2N393, 31250, 38A56, 3A514, 3M987, 3S364, 4518R, 64L47, 6571M, 6941G, 70563, 81607, 864A2, 891G4, 915U6, 91626, 9E155, **A1745**, **A2716**. • 671D35, 9526E7.



A sortear: **Prémio Porto Editora**

Palavras-cruzadas

Problema 414



HORIZONTAIS: 1 - Variedade de pêssegos do fim do verão; Comunicação estreita entre dois mares; Divisa. 2 - Aliados; Cantar para adormecer as crianças; Plano Energético Nacional. 3 - No caso de; Monarca; Existes. 4 - Emite som; Nocivo. 5 - Dá gritos agudos (certas aves); Profira. 6 - Juízo; Dignidade militar entre os Turcos; Sim [ant.]; Orçamento Retificativo. 7 - Referente aos Etas; Termo; Análogo; Planta herbácea, também denominada erva-doce. 8 - Mim [arc.]; Lusitana; Sacerdote muçulmano; Afirmará. 9 - Sociedade Anónima; Ter força. 10 - Indústria de oleiro; Bebedeira [coloq.]; Organização da Conferência Islâmica. 11 - Pessoa muito parecida com outra (em relação a esta); Aderem; Feito de bronze.

VERTICAIS: 1 - Diversão (pl.). 2 - Aprecie; Tio ou tia [infant.]; Tecido fino, espécie de escumilha. 3 - Notei; Fado [pop.]; Porém. 4 - Ignorado; Sorri. 5 - Contr. de a + o; Alcoólicos Anónimos; Interj. que exprime enfado; Partia. 6 - Abreviatura de *Senhor*; Gritos de alegria. 7 - Adivinhas. 8 - Naquele lugar; Timão do arado. 9 - Símbolo de *sódio*; Símbolo de *miriare*; Planta liliácea oriunda da China; O [arc.]. 10 - Elevar; Amarga. 11 - Símbolo de *lantânio*; Nome antigo da nota musical dó; Riqueza [fig.]; Uno. 12 - Culpada; Ides; Símbolo de *pascal*. 13 - Farto. 14 - Empresa Pública; Mau hábito proveniente de certas perturbações digestivas. 15 - Ministério da Economia; Loureja. 16 - Anos.

A sortear: **Prémio SBSI**

Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

Resultados do «Tempo Livre» 413

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
C	A	T	A	S	M	O	F	A	S	
O	V	I	L	S	E	R	E	N	A	
T	E	M	P	A	R	E	U	M		
A	N	O	S	L	E	A	L	E		
A	R	E	S	C	A	N	A	L		
A	A	D	E	R	E	C	E	O		
B	A	T	E	R	S	E	D	A		
A	T	O	E	S	R	O	L	A		
L	I	A	N	A	S	T	A	L		
A	N	O	J	A	S	V	A	L		
S	A	L	A	S	T	E	S	A		

Palavras-Cruzadas: Premiado: Arménio Baptista (Portela-LRS).

Crucigrama: Horizontais: Baleia, Vintém, Otária, Largos, Trilho, Empada, Con-vés, Talvez, Rainha, Catita. Verticais: Castor, Imoral, Beiral, Havana, Cavalo, Esta-ca, Entram, Palito, Pécora, Doente. Premiado: Maria Conceição Matos (Lisboa).

As Duas Palavras: Pecado Mortal (no quadro 2, em vez de B era R). Premiado: Mário Pires Machado (Lisboa).

Criptograma: "Com tempo tudo se cura". Premiado: Alcínio Dias Serras (Abrantes).

Palavras em Ponte: Celesta, Charamela. Premiado: Helena Figueiredo (Valpaços).

Mastermind Especial: LONTRA. Premiado: Arlindo Xavier Cavaco Pereira (Beja).

"A esperança é uma cadeia que ata todos os nossos prazeres"

Baron Montesquieu (18.1.1689-10.2.1755), filósofo e jurista francês

«Tempo Livre» 414

Ano XXVI

Prazo para respostas: 15 . agosto . 2020

Sudoku

As casas vazias devem ser preenchidas com os algarismos de 1 a 9 mas de forma a que cada um dos algarismos surja somente uma vez em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado.

Fácil 334

1			9		7			8
	6						7	
		9				2		
6			3		1			9
				8				
3			4		2			1
		2				7		
	4						3	
5			6		9			2

Médio 334

	5					3		2
2		6		8				
	1					6		4
			4		9			
	6		7			9		
			8		5			
9		1					3	
				4		7		8
7	4						2	

Difícil 334

7							4	2
1		2		3	9			
		4				8	9	
	7		2		5			
	5						8	
			9		8		2	
	4	3				7		
			5	4		6		8
8	6							4

Fácil 335

	8	7				6	1	
1			6		2			5
9				8				7
	7						9	
		9		1		4		
	2						5	
7				9				2
5			7		3			1
	1	8				7	4	

Médio 335

		5				3		
			7		8			
7		1		6		4		8
	4		9		6		1	
		7				5		
	2		5		3		4	
3	9		2		7		4	
			4		1			
	4					8		

Difícil 335

	8	7				5	4	
5					1			9
4			7		5			2
	1	4				2		
		6				3	7	
7			3		9			6
9			8					7
	2	5				9	8	

Anagramas

Anagramatize as cinco palavras de cada grupo, sem usar a mesma inicial ou plurais. Verbos só no infinito. No final, as letras que caírem nos círculos formam três nomes de moedas portuguesas antigas.

1	C O B R A	2	D R O G A	3	S E R P A
	R A L E M		Z O R R A		C A R I L
	T A P A R		D O A R A		E N T R E
	L A T O S		V O T A R		T O R P E
	C A S T A		M E A R A		I S T M O

A sortear: **Prémio Porto Editora**

Soluções

1 2 3 4 5 6 7 8 9	1 2 3 4 5 6 7 8 9	1 2 3 4 5 6 7 8 9
5 9 2 7 4 3 8 1 6	8 7 6 4 3 1 9 2 5	3 1 8 5 2 6 7 4 9
7 4 6 8 9 1 5 3 2	3 1 9 8 2 5 7 6 4	4 6 8 9 1 5 3 2
4 2 3 6 7 1 1 1 1	1 2 8 5 7 3 6 4 9	4 2 3 6 7 1 1 1 1
6 5 9 2 1 8 4 7 3	9 6 7 2 1 4 5 8 3	6 5 9 2 1 8 4 7 3
8 7 1 4 3 5 2 7 6	5 4 3 6 8 6 2 1 7	8 7 1 4 3 5 2 7 6
9 6 5 1 8 4 3 2 7	7 9 1 3 6 2 4 5 8	9 6 5 1 8 4 3 2 7
1 3 4 6 7 2 9 8 5	4 3 2 7 5 8 1 9 6	1 3 4 6 7 2 9 8 5
2 8 7 3 5 9 6 1 4	6 8 5 1 4 9 3 7 2	2 8 7 3 5 9 6 1 4
Fácil 334	Médio 334	Difícil 334



Scooters de mobilidade elétricas

POUPE
ATÉ
-1000€

Se precisar de sair,
vá em segurança com
uma Scooter Stannah!

Para pessoas com dificuldades
em andar, as scooters de
mobilidade são a parceira ideal
nas deslocações necessárias de
forma independente: compras,
idas à farmácia ou compromissos
inadiáveis no seu dia a dia.



Elevadores de escadas interiores retos

POUPE
ATÉ
-1000€

Suba e desça as escadas
em qualquer esforço.
Eliminam o risco de queda
nas escadas.

Muito fáceis de utilizar
Fixados diretamente às
escadas, sem obras!

Os nossos técnicos
especializados instalam
o elevador de escadas
em menos de 1 dia!*

Campanha de desconto de 1000€ em
elevadores de escadas limitada ao
modelo LINE SOFIA e LINE SOLUS.

POUPE ATÉ
1000€

Ligue já: custo da chamada local

808 918 388

Stannah

OFERTA

Na compra de um equipamento
de mobilidade Stannah.

Oferta limitada ao stock existente.
As campanhas apresentadas nesta comunicação têm
validade de um mês a partir da sua publicação e não são
acumuláveis com outros descontos ou campanhas em vigor.
Campanha válida para compras a pronto-pagamento.

TV LED HD

AE22CDM10620



Elevadores de Escadas Curvos

Elevadores de
Escadas Curvos
Solução para
escadas curvas

POUPE
ATÉ
-500€

INSTALAÇÃO
NUM DIA*



AQUALUXE Cabine de duche

Cómoda para entrar
Fácil de limpar
Espaçosa no interior
Segura na utilização

Cadeira ortopédica
Barra de apoio
Base antiderrapante e antibacteriana
Pedra de remate antibacteriana
Limiar de acesso muito baixo
Vidros temperados resistentes à quebra
e tratamento anticalcário com garantia
de 10 anos.

POUPE
ATÉ
-300€

em soluções de banho

INSTALAÇÃO
EM 2 DIAS*

As campanhas apresentadas nesta comunicação têm validade de um mês ou da data indicada e não são acumuláveis com outros descontos ou campanhas em vigor

OFERTA

Kit de proteção individual

Na compra de um equipamento de mobilidade
Stannah, oferecemos uma viseira de proteção e
um conjunto de toalhetes desinfetantes para que
se mantenha protegido nas suas deslocações
ao exterior.



Toalhetes
desinfetantes



Viseira
de Proteção

Imagens meramente ilustrativas.

Stannah

Ligue já:

808 918 388

custo da chamada local